

CONVERSAS SOBRE TRABALHO

Xico Lara, 30 de setembro de 2003.

0. Uma breve introdução

Estas *Conversas sobre trabalho* resultam da extensão de outra conversa realizada por ocasião de um seminário temático, em novembro de 2002, em Aracati-Ce, sobre esse mesmo assunto, junto aos jovens do Projeto Redes e Juventude.

Neste escrito, procuro ampliar mais as idéias apresentadas, no sentido de poder estar dando continuidade àquele debate, enfrentando sem receios os grandes desafios colocados pelo tempo presente e, assim, buscando vislumbrar, nas fissuras desse presente, quais os novos caminhos para o futuro.

Pretensão desmesurada? Certamente. Mas tarefa irredutível e inadiável, especialmente porque esse futuro será o que já vem sendo feito hoje, no presente momento. E construir o futuro significa, primeiro, que devemos buscar ressignificar o trabalho como aquele ato humano fundamental e pelo qual nos encontramos enraizados neste mundo físico, biológico e cultural em que vivemos.

É fundamental, portanto, resgatar o trabalho das malhas de aço em que o capital o enredou, tornando-o inviável até mesmo como princípio educativo de primeira ordem. Mas, até lá, nossas crianças têm que continuar a manter distância desse trabalho, porque ele significa desumanidade.

Ora, voltemos os olhos para como brincam os pequenos índios, fabricando seus arcos e suas flechas, suas lanças e seus enfeites; caçando e pescando à vera, como crianças que brincam seriamente. Tal como, ainda na roça, fabricávamos nossos próprios brinquedos, de madeira. E o que fazíamos? Um carro de boi, um instrumento musical, um carrinho de rodas: e aprendíamos... Cuidávamos das galinhas, regávamos a horta, plantávamos, olhávamos: e aprendíamos...

Assim, o trabalho se torna trabalho como um rito mesmo de iniciação, quando passamos a assumir a responsabilidade como cidadãos trabalhadores e quando já podemos gerar os nossos filhos, esse que é o trabalho mais antigo e fundamental do gênero humano.

Aqui está, portanto, um modo de olhar para o trabalho como a ação capaz de resgatar esse mundo do atoleiro em que se encontra, nos tempos atuais.

O caminho percorrido? Começamos da consideração sobre os fatos históricos, como se nos apresentam; em seguida tomamos a via da recuperação dos dados críticos, conforme seu resgate histórico e à luz dos elementos que se compõem enquanto complexidade de conexões lidas das práticas atuais. Pensamos que seja esse um bom caminho.

1. Tempos difíceis

Tempos difíceis esses em que vivemos: de crises e guerras, de terrores e secas, de incêndios e calores, de fome... Tempo de muita fome e de falta de trabalho!

É de se estarrecer que ainda se fale de fome em pleno século XXI, uma vez que nunca se havia produzido tanto alimento como nos dias de hoje. Ao mesmo tempo, também, em que nunca se havia visto fome em tais proporções como na atualidade.

a) Trabalho é o que não falta; por se fazer

Já quanto ao trabalho, será que está faltando mesmo? Ou não será que trabalho é o que mais existe por aí, por ser feito?

Especialmente, se tomamos em consideração o longo tempo em que se foram acumulando o desmazelo, a desconsideração e o sucateamento de tudo que diz respeito à vida da imensa maioria da população: saúde, habitação, saneamento, educação, transporte, recuperação das vias públicas, das praças, dos bairros populares, etc., vamos até nos assustar com a quantidade de trabalho que tem por aí, a ser enfrentado.

Do mesmo modo, o imenso prejuízo causado ao longo de muitas décadas – há lugares em que há séculos – de exploração industrial e de degradação do meio ambiente, bem como os resultados e os desastres causados por esse modelo de produção e de consumo que vão deixando para trás um rastro imenso de destruição, poluição ambiental e de verdadeiras catástrofes do ponto de vista da sustentabilidade da vida no planeta, tornam perfeitamente sem sentido a idéia de que o trabalho esteja por se acabar. Muito pelo contrário, tudo está aí de novo, a ser feito, a ser recuperado, a ser criado, restituído e recriado enquanto o nosso planeta vivo.

Isto quer dizer que, ao contrário do que se diz, não é trabalho o que falta. Ao contrário, trabalho é o que mais tem para ser feito. No entanto, o que anda em falta é a inteligência social para que se criem as condições de se fazerem todos os trabalhos que estão aí por serem realizados.

Bem sabemos que, a cada dia, a população vem crescendo, mesmo se a taxas menores, em proporções inéditas até aqui. No entanto, a economia vem há tempos se “ajustando”, e cada vez mais, não de modo proporcional ao crescimento da população e de suas necessidades¹, mas às dívidas contraídas por empréstimos a respeito dos quais a esmagadora maioria da população sequer conheceu qualquer benefício, e a seus juros indecentes.

¹Estudo divulgado pela Cepal – Comissão econômica para a América Latina, em inícios de agosto/03, mostrou que os últimos seis anos foram perdidos, para a América Latina, já que a expansão das economias não atingiu percentuais suficientes para acompanhar o crescimento populacional. Entre 1997 e 2002, o Produto Interno Bruto dos países cresceu em média 1% ao ano enquanto a população aumentou em 1,5%.
(Jornal do Brasil, 26 de agosto de 2003.)

Empilhados, quase todos, em áreas (des)urbanas e morando em condições as mais adversas, a imensa maioria da população que não tem parte alguma com o capital só pode ter acesso aos recursos necessários para manter a vida de cada dia através da venda de sua condição para exercer algum trabalho. No entanto, quase não existe mais quem queira pagar por isto.

É alguma coisa semelhante à fome. Sabemos que, hoje, a fome não provém mais da falta de alimentos, mas, sim, da impossibilidade que se tem de se pagar por eles – o que, eufemisticamente, é dito como deficiências na ‘distribuição’. De fato, o planeta Terra nunca produziu tanto alimento como na atualidade, ao mesmo tempo em que nunca se havia visto antes uma fome tão grande.

Aí está o espetáculo lamentável que vimos assistindo há décadas: a população foi aumentando e, junto com ela, aumentou também a necessidade de se ampliarem os diversos trabalhos, ao mesmo tempo em que também foi crescendo a produção de alimentos. No entanto, surpreendentemente, a disponibilidade dos postos de trabalho acabou se encolhendo e a fome foi assumindo índices cada vez mais alarmantes.

E ainda nos pedem que nos contentemos, pois, afinal, esta é uma tendência que se mostra internacional...

A verdade é que quem nos pede isso não se deixa surpreender tanto assim com tais fatos. Para essa gente, alimento antes de tudo é uma mercadoria e, portanto, deve se enquadrar em sua lógica, na lógica da mercadoria: há que se ter dinheiro para comprá-la.

Da mesma forma, também, gente deste tipo não enxerga que haja tanto trabalho assim para ser feito. Pois, para essa lógica, o trabalho não é função das necessidades da população nem de seu crescimento, nem de quaisquer exigências vitais, culturais ou ambientais. Ao contrário; para esses, trabalho é igualmente uma mercadoria que está posta em função da produção, circulação e realização de todas as outras mercadorias. E as mercadorias são para serem vendidas a preços que realizem as expectativas de ganhos – ou a lucratividade – estabelecidas pelo capital.

b) Para o capital, trabalho é custo: a ser reduzido

Ora, para esses que se vêem como os donos dos bens da sociedade, o trabalho é apenas um insumo da produção. Ou seja, trabalho é apenas um custo a ser minorado a fim de se viabilizar a continuidade do processo produtivo tendo em vista a realização do que se põe como a sua finalidade maior, a realização dos lucros. Em função dos lucros, portanto, é que até são atendidas também algumas das necessidades humanas: aquelas pelas quais, havendo quem se disponha a pagar por elas, os lucros compensem, evidentemente.

O fato é que todo esse trabalho para a realização do capital é feito através dessa instituição social chamada “emprego”. Ora, o emprego significa um tipo de custo de produção que se põe em direção inversa à expectativa dos donos do capital: que se aumente os resultados da produção reduzindo-se os seus custos ao mínimo.

Acontece que os tais empregos são regulamentados por leis que protegem o trabalho. Por isso, essa diminuição dos custos da produção não chegam a corresponder às expectativas do capital. Para o capital, o trabalho deveria estar classificado no que chamam de ‘custos variáveis’.

Custos variáveis são aqueles que aumentam ou diminuem conforme aumentem ou diminuam os bens ou serviços que são produzidos².

Assim como acontece com o que se paga pelo uso de energia elétrica ou de consumo de água. Se você usa mais água ou mais energia, você vai pagar mais: e vice-versa. Se o empresário precisa de trabalho, então ele contrataria trabalhadores que ganhariam apenas pelo tempo de trabalho e ao menor preço; conforme os preceitos do mercado. Quando não precisasse mais, bastaria despedi-los, pagando-lhes as contas devidas pelo tempo trabalhado; nada mais. E os trabalhadores voltariam tranquilos para suas casas: quites. Esse seria o modelo ideal que, inclusive, já vem sendo propagandeado pelas reportagens jornalísticas da televisão.

Mas as lutas sociais dos dois séculos passados conquistaram direitos inerentes ao trabalho. Se todos foram expulsos das terras, não tendo mais de onde tirar a sobrevivência a não ser de seus empregos, isto é, de sua disposição de trabalhar, então esse lugar do exercício do trabalho é que deveria agora, em substituição à terra, retribuir com recursos capazes de responder por todas as necessidades de manutenção da vida do trabalhador e de seus familiares.

Portanto, esse foi o resultado da luta dos trabalhadores por uma significação social do trabalho, compensando assim, de alguma forma, a contingência de se deixar usar em sua disposição de trabalho, como se fosse uma mercadoria, em troca dos direitos sociais – saúde, educação, transporte, moradia, descanso, previdência, livre associação etc. – inerentes aos trabalhadores e a seus familiares. Negando, portanto, essa forma pejorativa de se deixar tratar como simples mercadoria, vendedora de tempo, conhecimentos e disposição de trabalho e obedecedora de ordens privadas.

Deste modo, podemos constatar que o trabalho sob essa forma de ‘emprego’, protegido pelas legislações sociais conquistadas pelas lutas dos trabalhadores, de custo variável transformou-se em “custo fixo”.

Custos fixos de um empreendimento são aqueles que ocorrem até mesmo quando a produção é 0; ou seja, aqueles pelos quais o valor a ser pago é mais ou menos constante ao longo dos meses e anos³.

As lutas dos trabalhadores nas campanhas sindicais e a força dos sindicatos sempre pressionaram esses “custos” além do que os capitalistas e seus prepostos se dispunham a assumir – ainda que esses fossem distribuídos com o Estado e transferidos para os preços dos produtos, portanto, distribuídos com os próprios interessados, os trabalhadores, consumidores e contribuintes. Essa foi a base do *Welfare State*, ou Estado do Bem Estar, coisa da qual, por estas terras, tivemos muito pouco conhecimento.

² Em Kraychete, G.: *Retomando o fio da meada – Viabilidade econômica de empreendimentos associativos II*, Coleção prosas e debates, CAPINA, 1999, p 16.

³ Idem.

c) Redução de postos de trabalho produz alta nas bolsas do capital

O presente *round* dessa disputa pela significação do trabalho foi aberto há muito tempo atrás pela dama de ferro inglesa quando, logo no início de seu mandato, reduziu a zero o poder de fogo dos mineiros em greve; este que, até então, era um dos mais fortes sindicatos ingleses.⁴ Pois a esta senhora se juntou aquele *cowboy de araque* americano⁵, representando, ambos, a aliança do mundo anglo-saxão que impôs ao mundo o signo da liberalização global financeira, fazendo girar o ponteiro das forças hegemônicas para o campo do fundamentalismo liberal monetarista.

Desde então, tudo veio retornando ao lugar de onde, foi o que eles sempre acharam, nada devia ter saído: do reino da mercadoria.

Avanço da tecnologia da automação, reestruturação dos processos e da organização do trabalho, desregulamentação dos direitos sociais e trabalhistas, avanço das subcontratações e da terceirização, nova abertura dos portos para a livre circulação dos capitais, privatização de todas as atividades até há pouco atribuídas como função de estado e, pronto: já estava armado o melhor dos mundos.

Com a redução do campo dos direitos, o terreno ficava, agora, perfeitamente livre para o avanço da mercadoria. E como a realização da mercadoria é o lucro, para se realizarem lucros se diminuem os custos. Ora, trabalho é custo. Então, corta. Foi o que assistimos durante os anos 90: quanto mais se cortavam os postos de trabalho mais subiam a cotação das empresas correspondentes nas bolsas de valores do capital. Pois a diminuição do uso do trabalho vivo passou a assumir o estatuto de um indicador confiável de aumento de competitividade e de lucratividade.

Hoje, com a economia em posição de recessão, os índices do desemprego parecem inverter o seu significado, passando a assumir apenas aquele de índice de retomada da economia. Em função do que, o cinismo das bolsas ávidas por lucros oferece esse índice como justificativa para a realização imediata destes lucros, já que o futuro ainda não tem chegado.

De qualquer modo, não podemos tomar a diminuição dos postos de trabalho como sendo fruto apenas dos avanços no uso das tecnologias da automação, da informação e do controle da produção capitalista. Mas, igualmente, como o melhor fruto do retorno do trabalho ao reino absoluto da mercadoria e à radicalização dessa concepção. O que passou a gerar esse círculo vicioso terrível no qual estamos metidos, que acarreta a precarização da imensa maioria da população.

Wallerstein, em recente entrevista a um programa de televisão, dizia que o capital não tem mais como arcar com o ônus dos direitos conquistados pelas lutas dos trabalhadores no século XX, obrigados que estão, pela incontornabilidade das leis do sistema por eles próprios alimentado, de manter as altas taxas de lucratividade que dele se exigem.

⁴ No Brasil, FHC iria copiar esse exemplo, fazendo desabar seu saco de maldades sobre os petroleiros em greve, logo no início de seu primeiro mandato.

⁵ Nem precisa dizer que estamos falando de Margaret Thatcher e de Ronald Reagan.

E que, por isso mesmo, estaria o sistema do capital atingindo os seus limites. Assim, após a derrocada americana, sobreviria um longo período, mais que de crise, de caos. Será preciso viver para ver

2. Um enorme desafio

Nos anos 90, era comum ouvir os economistas dizerem que as grandes mudanças tecnológicas sempre acarretaram crises momentâneas de emprego e alocação da ‘mão-de-obra’. Mas, com o tempo, a tendência era de tudo se acomodar, de tudo voltar novamente à ‘normalidade’, cada um com seu emprego.

a) Cadeias de produção inteligentes desafiam o “emprego”

Acontece que, nos séculos anteriores, as grandes transformações tecnológicas estavam voltadas a ganhos de eficiência com a substituição das fontes de energia ou do uso da força e da habilidade, mas mantendo-se de alguma forma a demanda pelo controle e discernimento como exigências de cada posto de trabalho. Portanto, sempre havia uma certa demanda de trabalho vivo direto – o que sempre foi muito mal denominado, seja como ‘mão-de-obra’ seja como ‘força de trabalho’; ambas, expressões desclassificadoras, que eliminam do trabalhador qualquer habilidade, inteligência e empenho que lhe são exigidos no trabalho.

Ora, na atualidade, o que vem sendo substituído é exatamente essa exigência mesma de controle e discernimento, ou da inteligência como atividade de interpretação dos acontecimentos e de, em decorrência, uma tomada imediata de decisão por sobre cada ação da produção. O que é feito ‘maquinalmente’, através de sensores, microprocessadores, etc., configurando-se o que podemos literalmente denominar como cadeias inteligentes de produção.

Portanto, cada vez mais essas qualidades vêm assimiladas pelas próprias máquinas e pelos processos inteligentes que, além da programação, demandam apenas o controle indireto do trabalho vivo.

Assim, vai se tornando cada vez mais difícil achar que se pudesse encontrar qualquer tendência para fazer convergir a oferta de postos de trabalho, no mundo das empresas capitalistas, com o aumento progressivo do número de trabalhadores em busca de alguma atividade que, minimamente remunerada, venha resultar em sua sustentação.

b) A quebra do estatuto do trabalho ameaça os direitos humanos

Sem dúvida, este é o grande desafio. Trazidos aos milhões para os perímetros urbanos, a fim de servir como mão de obra, ou força de trabalho – pode-se escolher qual dos dois termos é o menos pior – não temos outro ganha-pão senão aquele de vender nossas habilidades, conhecimentos e nossa disposição para o trabalho. Entretanto, a condição de realização e, portanto, a responsabilidade pela

organização deste trabalho, historicamente, ficou por conta, em parte, do empresariado e, em outra parte, do estado⁶.

Ora, em não existindo oferta de postos de trabalho, o que devemos fazer? São exércitos inteiros que vagam pelo mundo, em busca de trabalho. Além de adultos, homens e mulheres, até mesmo os idosos, já aposentados, devem continuar trabalhando para completar seus parques proventos com as aposentadorias e pensões. Mais ainda, a cada ano são hordas de jovens que vão chegando ao ‘mercado de trabalho’, em busca de onde poder ganhar honestamente o seu sustento.

Eis, portanto, o grande desafio: como obter meios pelos quais poder garantir a sobrevivência para si próprio/a e para quantos de si dependem: especialmente quando se sabe que a maior parte desses que estão sempre à beira do maior risco são as mulheres que consigo sempre trazem os filhos...

Podemos dizer que, entre outras, esta é, sem dúvida uma das maiores fraquezas dos atuais Estados Nacionais que se reconstruíram no após segunda guerra mundial, nos meados do século XX. Essa reconstrução se deu por sobre promessas e compromissos solenes a respeito da busca do pleno emprego e da observância dos Direitos Humanos.

Ora, o que podemos observar é que, entre uma coisa e outra, abriu-se uma fissura difícil de se recompor. Hoje, o que vemos é o agravamento dessa linha de ruptura. De um lado, temos o crescimento da consciência e da luta pelos direitos humanos, hoje já de terceira ou de quarta geração, através do PIDESC⁷ – o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. E, de outro lado, constatamos que os Estados Nacionais, ao mesmo tempo em que se comprometem com a garantia desses direitos, vão se distanciando cada vez mais da possibilidade de, sequer, dispor das condições de responder aos pressupostos mínimos pelos quais a sua vigência pudesse ser garantida.

Especialmente porque essa sociedade montada sobre o capital só teria como responder à exigência de tais direitos através da garantia dos postos de trabalho mediante os quais cada um adquire as condições de remuneração compatíveis com a aquisição de bens e serviços que garantissem o pleno usufruto daqueles direitos.

c) O pacto do Terceiro Estado posto em xeque

Essa ruptura, portanto, entre a efetiva vigência dos Direitos Humanos por um lado, e poder contar com as condições mínimas de ter como responder ao que se exige para garanti-los, por outro, deixa cada vez mais clara a necessidade de uma profunda revisão dos fundamentos mesmo do Estado moderno e do presente

⁶ Isto é o que, hoje, querem jogar sobre as costas dos trabalhadores, como veremos em 3.a).

⁷ O Pidesc - Pacto internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais foi adotado pela Organização das Nações Unidas – ONU, em 1966 e contém, juntamente com o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, os principais compromissos decorrentes da Declaração Universal dos Direitos Humanos. O Pacto cria obrigações legais aos Estados partes, no sentido da responsabilização internacional em caso de violação dos direitos por ele consagrados. A proteção desses direitos é instruída por relatórios encaminhados pelos Estados, enquanto sua supervisão cabe ao Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU. O Brasil aderiu ao Pidesc em 1992, mas no decorrer dos mandatos precedentes, não havia produzido nenhum relatório periódico a respeito.

ordenamento social. Não, exatamente, pelo mesmo lado como isso vem sendo conduzido atualmente, atrelando-se os Estados e as sociedades aos interesses das grandes máquinas da acumulação financeira internacional e promovendo-se a mercadorização indiscriminada, extensiva e intensivamente, sem que se ofereça contrapartida alguma de onde se buscar ou merecer a sustentação da própria vida.

Aquele antigo pacto relativo ao Terceiro Estado que, no passado, havia sido proposto como forma de superação do Antigo Regime – que submetia o povo à penúria e à pobreza, vivendo em terras da Igreja (primeiro estado) ou da nobreza (segundo estado) –, o de um Estado Nacional republicano e democrático, governado pelo povo (este o terceiro estado, composto pela conjugação das classes burguesas e empresariais com aquelas dos trabalhadores urbanos e rurais), está fazendo água.

De fato, a este Estado caberia a geração das condições de propiciar o progresso da nação, em especial através de políticas de fomento a implantações industriais que garantissem o emprego e a sustentação para todos os cidadãos. No entanto, percebe-se que, cada vez mais, vai ficando impossível a esse arranjo de Estado responder a tudo aquilo a que veio.

Foi este Terceiro Estado que, em suas várias versões, ofereceu garantias ao pacto compulsório estabelecido entre capital e trabalho: este mesmo que sempre foi denunciado pelo movimento dos trabalhadores como eivado de uma contradição inescapável e cuja superação só se poderia dar através de uma ‘revolução’, ou seja, de movimentos sociais capazes de estabelecerem um novo patamar de igualdade entre todos, novo patamar este estabelecido sobre o próprio estatuto do trabalho, ou dos trabalhadores tornados cidadãos.

Especialmente porque, como fundamento do pacto que sucedia àquele dos domínios eclesiástico e da nobreza, a sociedade ocidental passava a colocar no lugar, podemos dizer, aquele do trabalho. Isto é, o reconhecimento de que a fonte da igualdade e do poder que emana do povo está no trabalho deste povo, já que é o trabalho a fonte da riqueza das nações.

Por mais ambíguo que fosse tal pacto. Pois, concretamente, ele poderia se traduzir na seguinte afirmação:

Vocês trabalham para mim de tal modo que, ao mesmo tempo e na medida em que eu me enriqueço, vou garantindo o sustento de vocês, através do pagamento de seu trabalho. De tal modo que, como proprietário do capital, eu viabilizo a vocês, trabalhadores, uma vida muito melhor do que aquela que vocês tinham no Antigo Regime, sob os domínios dos 1º e 2º estados.

Pois é exatamente em cima deste ponto que, nesses dias, Wallerstein vem nos chamando a atenção, de que sequer aquelas primeiras bases deste pacto do terceiro estado se fazem mais verdadeiras, uma vez que

[...] a maioria esmagadora das forças de trabalho do mundo, que vive nas zonas rurais ou se desloca entre elas e as favelas urbanas, está em piores condições do que seus ancestrais que viveram há quinhentos anos. Comem menos bem [...] trabalham, inquestionavelmente, mais – mais horas por dia,

*por ano e ao longo da vida. Como o fazem em troca de uma recompensa menor, a taxa de exploração aumenta muito*⁸.

3. Alternativas

A justiça dos mercados, diz o prof. Belluzzo⁹, não reconhece nenhum direito senão o que nasce do contrato. Ou seja, da livre disposição da vontade dos indivíduos no intercâmbio entre mercadorias equivalentes. Você quer comer? Pois venda seu produto no mercado. Não conseguiu? Então tente vender sua força de trabalho. O homem vale o que seu esforço vale e seu esforço vale se a mercadoria que ele produz for reconhecida pela arriscada transformação no equivalente geral, o dinheiro.

A justiça do mercado ensina que, se você fracassou, a culpa é sua. Valer significa apenas ser aceito em troca de determinada quantidade de dinheiro.

a) Empregabilidade?

Ora, não é por outro motivo que o sistema tenha feito tanto barulho, na década passada, com o que ele chamou de “empregabilidade”. Isto é, cada um é que tem que assumir a responsabilidade por se munir, de alguma forma, das ‘competências’ necessárias e suficientes para poder se empregar a si próprio, mantendo-se sempre à venda. Agora, cada um ou cada uma é que deve assumir-se ao mesmo tempo como empregado/a e empresário/a de si mesmo/a, devendo finalmente entender que, se tem fracassado, a culpa cabe tão somente a si mesmo, que não demonstrou dispor da necessária capacidade que de todos é igualmente exigida, nos tempos atuais...

Significa dizer alguma coisa em contrário ao que diz a Constituição Brasileira de 1988, pela qual “a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social”, observados entre outros, o princípio da “busca do pleno emprego”¹⁰ ou condições de empregabilidade oferecidas pelo sistema que deve buscar o desenvolvimento nacional¹¹. Mas, na vida real, essa empregabilidade foi lançada como parte do fardo da responsabilidade de cada um e não mais como atribuição do estado ou do governo.

Isto, obviamente, nos alerta para diversas ordens de observações. A primeira delas, diz respeito à sugestão de que uma tal empregabilidade encontraria em seguida a sua boa resposta: logo que se retomasse o processo do desenvolvimento econômico de modo sustentável. Ora, é bom de se considerar que, absolutamente, não é bastante cogitar do desenvolvimento como se este fosse gerar tantos novos postos de trabalho. Hoje, qualquer retomada de crescimento econômico, temos visto por todo lado, é feita muito mais com cortes nos postos de trabalho. Portanto, mesmo confiando numa retomada econômica, temos que continuar a nos defrontar com

⁸ Wallerstein, 2001, p. 86, 87; citado por Viola, S.E.A., em *Globalização, condição do trabalho e direitos sociais* – revista de Ciências Sociais UNISINOS, vol. 39, nº 162, 2003, p 11-35.

⁹ No caderno Dinheiro da Folha de São Paulo de 28 de abril de 2001.

¹⁰ Da Constituição Brasileira, da Ordem Econômica e Financeira, Artigo 170, - VI.

¹¹ Do artigo 3º, que estabelece entre os objetivos fundamentais da Rep. Fed. do Brasil; II garantir o desenvolvimento nacional.

essas questões, relativas ao trabalho, ao emprego e – à ‘renda’? que renda que nada; renda é relativa à propriedade de capital ou de terra – ao salário.

Uma outra ordem de observações diz respeito ao modo de aquisição dessa tal de empregabilidade e que reproduz um argumento que sempre volta em tais circunstâncias: que a educação é que vai resolver. Mas de que educação é que estamos falando? Não só a educação não cria empregos – exceto aqueles relativos à sua própria ampliação –, como também o tipo de educação automática e vazia que vem sendo produzida, assim como aquela da reprodução de cursinhos rápidos e simplesmente operacionais, tudo isso não passa de um engodo. O que temos assistido até aqui tem sido a extensão da perspectiva inaugurada pelo Ministério da ‘Educação’ dos anos 90, que transformou a educação num grande negócio.

b) Inteligência geral?

Uma direção mais à esquerda, para a qual os debates da atualidade têm apontado como a alternativa, diz respeito a uma dobradinha que também pode fazer render muitos bons frutos.

Num dos lados dessa dobradinha, resgata-se de Marx o que ele chamou como ‘Inteligência Geral’. Ou seja, a constatação de que os meios de produção teriam atingido já tal nível de desenvolvimento tecnológico que se exigiria apenas uma pequena parcela de trabalho vivo e, por isso, seria suficiente uma pequena minoria da população economicamente ativa para tocar toda a produção, respondendo por tudo o que é necessário para a população mundial¹².

Estaríamos portanto atingindo já aquela etapa em que a história estaria chegando a seu patamar verdadeiramente humano: quando a humanidade se veria livre da compulsão de ter que trabalhar, uma vez que teria atingido o total domínio e controle sobre as forças naturais, a domesticação da ‘natureza’.

Do outro lado dessa dobradinha vamos ter uma discussão que vem ganhando muita força, ultimamente, especialmente em alguns países europeus: a proposta de uma ‘renda básica’, uma espécie de salário de existência ou de cidadania. Trata-se de um salário que seria devido a todos ou a cada um dos cidadãos, garantindo a cada uma sua existência. Essa discussão vem ganhando destaque até mesmo dentro da própria Organização Internacional do Trabalho, a OIT, onde mereceu dois dias de debate, em setembro de 2002.¹³

¹² Para Yves Pages (revista *Péripheries*, abr. 2001), substancialmente, Marx dizia, sobre essa inteligência geral, que chegaria um tempo em que a sofisticação tecnológica seria tal que nove décimos da produção seriam feitos pela inteligência tecnológica, de níveis de formação, e não de pessoas. (CEPAT Informa, maio 2002).

¹³ Em entrevista à Folha de São Paulo (26.08.02), Philippe Van Parijs, economista participante da Rede Européia da Renda Básica (BIEN é a sigla em inglês), distingue ‘renda básica – ou um salário de existência’ – de ‘renda mínima’ – ou o salário mínimo.. Diz ele que a idéia de uma renda mínima garantida é já muito antiga, do século 16. Esta renda estaria condicionada pelo menos a três aspectos: é vinculada à família ou ao domicílio, destinada aos que são pobres e quem recebe deve se por disponível ao trabalho. Já a idéia de uma renda básica de cidadania, conforme Van Parijs, não existe em nenhum país. Ela é incondicional a essas três dimensões: é individual, é para ricos ou pobres igualmente, e não depende se a pessoa quer ou não ir para o mercado de trabalho. Van Parijs ainda acrescenta que “é essencial entender que, longe de afastar as pessoas do trabalho, um programa de renda de cidadania permitiria que as pessoas trabalhassem sem perder os benefícios. A

A renda básica, ou salário de existência poderia representar de fato uma excelente contrapartida tendo em vista a efetividade dos Direitos Humanos. Mas sem dúvida que, posto assim sem mais, esse seria um mecanismo correspondente a um combustível perfeito para se estabelecer uma base para o moto perpétuo do capital: o estado que recolhe do povo o montante suficiente para a execução de seu orçamento, aí incluído, ao invés de diversos serviços, tais como pensões, previdências, seguros sociais, etc., se encontraria esta rubrica, da garantia da renda mínima para todos os cidadãos. Assim, o Estado paga ao povo que paga ao comércio que remunera o capital que mantém o estado na medida em que este trabalha também para o crescimento e a perpetuação daquele.

Afora a novidade e a pertinência do salário de existência, podemos suspeitar que o capital é que não estaria disposto a isso. E, mais ainda, conforme diz Wallerstein, por exemplo, o capital não tem mais nenhuma condição de aceitar isso, subjugado que está às suas próprias leis incontrolláveis; ele não tem mais como sustentar nenhuma forma de *Welfare State*.

Por outro lado, mesmo que ele tivesse tal condição e, além de condição, a disposição para isso, ainda assim, deveríamos nos questionar a respeito. E a questão a ser posta é a mesma a ser colocada para a consideração sobre a Inteligência Geral, defendida por diversos pensadores da atualidade: esse tipo de inteligência geral que hoje se encontra instalada corresponde exatamente àquela que busca a realização da finalidade do capital: a maximização dos lucros. O que não está absolutamente adequado à sustentação da vida nem das sociedades humanas no planeta e nem mesmo do próprio planeta.

c) A Economia Solidária

No entanto, os movimentos sociais têm se dirigido para outro caminho. Motivados pelo agravamento da situação do desemprego, eles vêm se lançando a assumir por si mesmos a criação de condições novas de se produzir a sustentação da vida, com base na cooperação e na solidariedade, no seio da população.

Esse movimento que se encontra presente em várias partes do mundo é dotado de grande dinamismo e criatividade, não só no que diz respeito às diversas iniciativas e nos mais variados ramos (tais como: habitação, saúde, alimentação, vestuário, educação, transportes, crédito, etc.), como também nas mais diversas modalidades e formas organizativas (tais como associações, cooperativas, grupos familiares, de vizinhança, de companheiros, unidades de produção autogestionárias, feiras de trocas, bancos éticos, comércio justo, fundos solidários, etc.).

Estas iniciativas, de alguma forma, retomam a tradição de resistência das lutas operárias dos trabalhadores europeus, ao mesmo tempo que vão renovando seus conteúdos e métodos, conforme as realidades de cada região ou país.

No entanto, como não podia deixar de ser, esta nova rede de resistência encontra também limitações e riscos, alguns antigos e outros novos. Um deles advém do próprio movimento cooperativista oficial, que é um símbolo vivo daquelas lutas que mudam de curso. Sabemos bem que este cooperativismo se originou das lutas dos

expectativa geral é que, quando trocarmos o sistema de renda mínima pelo de renda básica, mais pessoas irão trabalhar, não menos.”

trabalhadores mas acabou perfeitamente integrado, funcional e complementar ao sistema vigente do capital. Por isso mesmo, ele está sempre rondando e buscando se mostrar como a boa alternativa. Procura não apenas absorver as iniciativas que considera situadas em seu campo como também ampliar as margens de desgaste do movimento. Em geral, disputando as definições de legitimação e dos marcos legais, já este se vê como depositário fiel e, portanto, o detentor do legado histórico e da figura do movimento econômico alternativo. Como também pela cobertura a formas de cooperativas que funcionam como fachada e que acabam por dificultar grandemente o avanço e o andamento do processo de discussão e amadurecimento das experiências e das referências jurídicas referentes a esse campo de atividades.

Podemos estender também esse tipo de limites e riscos para o que vem se dando como uma grande onda em tempos mais recentes: esse que é chamado como Terceiro Setor, de caráter mais filantrópico. Esse Terceiro Setor se põe como que um braço auxiliar, de reforço à linha da responsabilidade social do mundo empresarial¹⁴, que acaba de recriar a solidariedade fazendo-a resvalar daquela exercida entre iguais, como era até há pouco – a solidariedade de classe, vivida entre trabalhadores, por exemplo –, para uma solidariedade dos bem situados em direção àqueles desfavorecidos: dos que estão confortados no alto da escala social para com aqueles que estão colocados abaixo e são considerados como em situação de ‘risco social’ por pertencerem a classes tidas como ‘excluídas’, ‘perigosas’, ‘carentes’ ou ‘incultas’...

Nada contra, obviamente, o exercício da filantropia e da benemerência; absolutamente. Exceto quando estas servem ao escondimento das grandes injustiças sociais, funcionando como um misturador das linhas do que é o direito e do que é a concessão e a ‘caridade’. Ainda mais quando, em meio a essas linhas que se misturam, vão se encontrar inúmeras iniciativas populares que acabam engolfadas em meio à simples disjuntiva: ou a dependência promocional, ou a eficiência lucrativa.

Além disso, há ainda um limite a ser muito bem considerado, a fim de se poder construir uma via de saída, uma vez que este limite guarda afinidade estreita com o desafio maior que é apresentado às iniciativas da Economia Solidária: aquele de que se possa chegar a responder às necessidades básicas da população, a fim de que se criem as condições necessárias e objetivas para o crescimento e a vigência de uma nova lógica de produção e distribuição, a lógica da solidariedade e do respeito mútuo.

A questão é que este é um desafio grande demais, especialmente tendo em vista as exigências tecnológicas que, nos tempos que correm, estão implicadas nessa empreitada.¹⁵

¹⁴ De mínimo exigível de qualquer forma de organização na sociedade, a responsabilidade social tem sido consagrada como mérito, sugerindo a correção de que se faça da necessidade uma virtude.

¹⁵ Luiz Inácio Gaiger, questionado sobre a questão do modo de produção em economia solidária, preferiu se referir ao termo ‘*forma social de produção*’ que, diz ele, ‘*vai no máximo conviver com outras formas e, talvez, se consolidar conforme a sua especificidade*’. (Em Kraychete, G., *Economia dos setores populares, entre a realidade e a utopia*, Vozes, 2000, p 195.) De fato, mesmo se assumimos esta perspectiva mais modesta e realista, não podemos deixar de enfrentar os desafios que se põem, tendo em vista o fortalecimento real de uma nova perspectiva de lógica econômica.

Por que falamos isso? Porque, podemos dizer que a economia popular no Brasil sofreu, ao longo de sua história, detrimientos muito graves, do ponto de vista do desenvolvimento de sua cultura técnica.

Praticamente por todo o período da formação colonial brasileira, nós tivemos sérias restrições em realizar, nestas terras, qualquer espécie de manufatura. Havia quanto a isso proibição explícita e dura repressão; mesmo se muita coisa sempre fosse feita nas fazendas, na surdina, nas senzalas... Tudo devia vir da metrópole, ou das metrópoles européias. Uso, aliás, que se mantém até mesmo nos dias de hoje, quando se percebe que ao que se dá valor é o que vem de fora.

Além do mais, o modo desqualificante e cruel pelo qual se realizou a “libertação da mão de obra escrava” no Brasil – e os africanos, por sinal, haviam trazido junto, da África, conhecimentos e ofícios, ou seja, uma cultura técnica, que por aqui não havia e, por isso também, é que para aqui foram trazidos – jogados sem eira nem beira pelas ruas e estradas do país sem ter ao menos aonde ir nem como se sustentar, não apenas completou essa grande iniquidade como desperdiçou esse imenso cabedal já preparado e afeito ao trabalho.

O trabalho escravo foi, então, substituído pela mão-de-obra branca européia recém importada. Desse, temos hoje como herança um cenário de belíssima efervescência na agricultura familiar. Ao mesmo tempo em que, nas regiões urbanas, eles acabaram substituídos, após os anos 30 e 40, por um novo operariado nacional que migrou das roças para os grandes centros industriais e urbanos.

Assim, até mesmo a tradição fabril industrial que temos acumulado significou, em grande parte, um processo de substituição de importações, muitas vezes de modo literal: muito do que aqui se desenvolveu foram projetos importados, alguns deles até sequer foram traduzidos. Mesmo assim, foi um tempo muito curto e, logo, o modelo produtivo já havia se modificado.

Desta forma, a tradição técnica e a cultura do trabalho no meio de nossa população traz deficiências e lacunas muito grandes, o que, para agravar, vem aliado a um déficit educacional crônico¹⁶.

Tudo isso, sem dúvida, implica na necessidade de um esforço grande no sentido de formação e de enriquecimento de um acúmulo técnico, científico e cultural em meio às iniciativas econômicas dos setores populares. Este esforço é fundamental no sentido de se poder vir a construir, a partir do patamar atual dessas iniciativas, de uma ‘economia dos setores populares’¹⁷, uma autêntica Economia Solidária.

Deste modo, o desafio maior para a construção de uma Economia Solidária que seja capaz de oferecer respostas significativas às necessidades da população e a demandas da cidade se conjuga com aquele que está posto para a economia popular: o desenvolvimento das maestrias necessárias e suficientes para o atendimento

¹⁶ Recente pesquisa feita pela Ação Educativa, em conjunto com um instituto ligado ao Ibope, mostra que apenas 25% da população brasileira tem domínio pleno da leitura e da escrita. Ou seja, 75% são analfabetos funcionais (8%, analfabetos absolutos; 30% lê apenas uma frase; 37% capaz de ler apenas textos curtos). Jornal do Brasil de 09/09/03.

¹⁷ Que é como Kraychete, G. chama essas práticas econômicas populares, na obra citada.

dessas necessidades em conformidade aos meios técnicos da atualidade, recriados de modo a se adequarem a critérios de participação democrática e de solidariedade.

Ora, isso implica obviamente numa guinada muito grande, no sentido de uma educação que possa dar conta da formação de cidadãos trabalhadores afinados com tais desafios: uma educação ao mesmo tempo humanista, tecnológica e cidadã, e que venha acompanhada de uma experimentação e construção de modelos solidários e participativos nos campos da administração, das vendas, do comércio e dos processos de gestão e de autogestão.

4. Uma significação em disputa

Por mais que as palavras e suas significações se conservem no tempo – e isso é o que permite a fabricação dos dicionários –, sem dúvida, as significações sociais de cada língua, de cada cultura, passam por uma renovação permanente, na medida em que vão sendo repostas a cada vez, criativamente, por sobre suportes que também vão se renovando no tempo – ou não – e em que se vêm sustentadas por novos procedimentos e práticas sociais.

Eis porque se, de um lado, não é mudando palavras que se muda a realidade, por outro lado, também as próprias palavras fazem parte dessa realidade. De tal sorte que os conceitos e as significações são alvos diretos daquele histórico, conhecido e infundável conflito de interesses instalado na vida social, uma vez que são eles que, nomeando e equilibrando-se por sobre os suportes concretos da realidade, acabam norteando o sentido e a ordenação dos valores estruturantes da vida social e, portanto, os desdobramentos históricos deste mundo.

Assim que conceitos que não se encontram adequados aos desdobramentos dessa realidade social acabam também por não contribuir para que possamos ver, analisar e intervir de modo mais conveniente nesse universo de transformações nas quais estamos metidos.

a) O trabalho como maldição

Nesse sentido, temos que nos haver com este fato tão fundamental que é o significado que atribuímos ao que denominamos ‘trabalho’ e que fica como que sempre escondido por detrás de uma carga pejorativa: aquela de uma ação atribuída à condição dos escravos. E que, para acrescentar, vem também designada por um verbo que é derivado de um nome que designa um antigo instrumento de tortura, o tripálio. Além disso, essa idéia de trabalho já vem impregnada de sentido negativo desde o texto bíblico que descreve os inícios da humanidade: o trabalho foi a maldição recebida pelos primeiros pais, quando foram expulsos do Jardim do Éden.

A tradição filosófica ocidental que carrega essa marca desde suas origens, na Grécia antiga, só vai estabelecer uma exceção quanto a tal negatividade já em período avançado do mundo moderno. Ainda assim, também para Hegel, que é quem atribui ao trabalho humano a responsabilidade pela criação da cultura, este se mantém contudo como um atributo servil; o que historicamente não podia deixar de ser reconhecido.

Antes disso, no entanto, a Reforma havia já, de algum modo, conferido um sentido valorativo para o trabalho, tornando-o como justificador da riqueza, em conformação ao ‘espírito’ do capitalismo, ao mesmo tempo que mantendo-o como o resultado e a via de saída daquela maldição original.

De qualquer forma, foi somente após o século XVIII que vamos, portanto, passar a pensar o trabalho como a origem do fato humano: o modo humano de ser, ou seja, a cultura humana como produto e resultado do próprio trabalho humano.

No entanto, a estas alturas, o trabalho enquanto exercício técnico dos ofícios humanos havia já se incorporado ao universo das sociedades modernas como uma atividade subordinada ao capital e submetida, assim, às suas ordens, tendo em vista prover a necessária produção das mercadorias que significam o produto que realiza a finalidade maior a que aquele se propõe: a tão almejada acumulação de lucros.

Até mesmo para o próprio Marx que, como Hegel, tem também o trabalho como origem do fenômeno humano, a história humana estaria dialeticamente destinada à superação dessa mesma condição: de os homens se verem compulsoriamente constringidos a ter que trabalhar para viver. Isto é, o trabalho como maldição e opressão natural e que será superada – como vimos – *pari passu* com a superação, domesticação ou ‘humanização’ de todas as leis naturais.

Isso significa que, assim como se atribui ao capital, enquanto potência produtiva, a dominação tecno-científica da ‘natureza’, caberia ao trabalho apoderar-se dessa dominação, extinguindo-se com isso qualquer forma de trabalho como opressão humana. Quer dizer, o trabalho (próprio do escravo) ao assumir o capital (próprio do senhor) passa a assumir a humanidade, criada pelo próprio trabalho, mas que fora apropriada pelo senhor. Assim, o trabalho se liberta, assumindo-se como senhor e negando sua condição de escravo: é o homem que se afirma humano, negando-se como senhor e como escravo (ou como patrão e operário).

b) O trabalho como reprodução do capital

Na medida em que o capital foi ocupando todos os espaços da sociedade através da imposição e impregnação de sua linguagem, a linguagem da mercadoria, o valor maior dessa sociedade, aquele que se põe como o móvel único, mobilizador e organizador da vida social, passou a ser o que representa a significação dessa mercadoria; ou seja, o valor de troca. Foi assim que, especialmente o trabalho de produção de todas as mercadorias se viu ele mesmo também, e especialmente, capturado por essa significação.

De tal modo que, mesmo que sendo realizado escondido das vistas, no interior das fábricas e oficinas de propriedade dos senhores empresários, submetido portanto ao mundo privado, este foi o trabalho que passou a se impor como o único socialmente necessário para a sustentação da sociedade, agora apadroadada pelo capital.

Tudo mais que fosse feito mas que não se voltasse para aquela finalidade, de realização da mercadoria conforme os desígnios do capital, ficava destituído de importância social, sendo tomado como simples execução de tarefas domésticas,

tais como cozinhar, lavar, limpar, alimentar e cuidar das crianças, cuidar dos doentes, etc. Tudo isso sequer chegava a ser considerado como constituindo um ‘trabalho’, não passando do nível da simples reprodução biológica. Este aliás era o patamar ao qual haviam sido reduzidas as mulheres a quem todas essas atividades eram atribuídas por função ‘sexual’.

Assim, pois, o trabalho se deixara capturar pela significação que a ele era atribuída pelo capital. Uma vez que se cedeu ao capital o domínio sobre a função sociometabólica de sustentação da vida social – o que foi incorporado, inclusive pelo próprio Marx, que vê o capital como o avanço da dialética histórica – consequentemente, o trabalho foi reduzido àquele que é vendido ao capital com a finalidade de produzir o que alimenta este sistema, ou seja, a mercadoria.

C) Rupturas na significação do trabalho

Ora, assim como os capitalistas haviam lutado por todos os meios, durante séculos a fio, a fim de se conseguirem se impor a toda a sociedade impondo a ela essa sua cadeia de significações, e derrotando assim aquelas que eram próprias ao mundo medieval em suas últimas versões, nos séculos IX ao XIII, XIV, nos burgos, vilas e cidades com as suas guildas e corporações de ofício; assim também vão ser as lutas sociais nos séculos XIX e XX que vão estabelecer rupturas muito profundas na significação e no estatuto social do trabalho.

A culminância maior dessa ruptura e construção de uma nova significação nós encontramos no que ficou conhecido como o Estado do bem estar social, o Welfare State, que garantia aos trabalhadores e a todos os cidadãos os direitos sociais. Isto é, fazendo recuar o universo onde reina a mercadoria por via daquele da vigência de direitos sociais.

No entanto, no que se refere à significação social do trabalho, temos que nos reportar especialmente ao que foi resultado das lutas sociais das mulheres, uma vez que estas é que acabaram por questionar profundamente o universo dessa significação que vinha montado também sobre um modelo de divisão sexual do trabalho.

Foram as mulheres que, recusando-se a serem vistas e tidas apenas como meras máquinas domésticas, ou simples animais para usufruto, gozo e reprodução biológica e ao exercício biologizado do lar e dos cuidados das crianças, da saúde dos doentes, dos idosos, etc., vão abrir o campo à amplificação da significação do trabalho, além daquela da simples venda para o capital.

A questão que ficou exposta era exatamente a que se indagava pelos motivos de só se considerar como trabalho socialmente necessário aquele que era vendido para o capital. Por que o trabalho que sustenta a sociedade fica restrito àquele assalariado? Por que desqualificar todo o trabalho desenvolvido dentro dos lares, historicamente assumido pelas mulheres?

No entanto, essa é uma disputa que está longe de acabar. Por um lado, o capital já não pode mais, como antes, se colocar como a referência única para o trabalho.

Mesmo porque, hoje, o capital não pode mais esconder que tem é desprezo pelo trabalho. Para ele, trabalho dá muito trabalho, gera muito custo e não dá lucro. Não é nem por outro motivo que os contratos para execução de trabalhos são terceirizados, “quarterizados”, penta, hexa ou mais repassados e, no final dessa linha de subcontratações, quem acaba de fato pegando o trabalho para fazer não recebe quase nada por isso. Quem no final dessa linha, pega a obra para fazer tem, muitas vezes, até que pagar para poder estar trabalhando.

Além disso, como vimos, o capital já nem sequer é mais capaz de garantir o bem estar social nem o estatuto social do trabalho. Hoje, trabalhar para o capital, significa muitas vezes um retrocesso. No ambiente das empresas, quase sempre, é onde menos se pode progredir, sempre envolto numa trama de competições e mesquinhas. Você não tem tempo nem cabeça para estudar ou se desenvolver pessoalmente¹⁸. Você acaba regredindo, se estressando, se emburrecendo e se embrutecendo. (É claro que há exceções; havendo lugares onde os empregados são até mesmo tratados a pão de ló, porque interessa isso.)

Por outro lado, o que se havia ampliado no conceito de trabalho, por referência especialmente aos trabalhos domésticos, à educação, saúde, etc., o capital operou uma verdadeira reviravolta. Além de retomar o espaço que antes havia sido conquistado pelos direitos sociais, ele busca ainda substituir as demandas todas, inclusive as mais íntimas, por mercadorias. E vem aliciando as mulheres como as suas principais e maiores aliadas e consumidoras.

Aqui está, sem dúvida, um golpe de mestre. E não escondem que a mulher é a alma do negócio: a principal repositora da cultura.

5. O reino do trabalho humano

No mundo de hoje, tudo custa dinheiro. E, dinheiro, quem não tem parte com o capital só consegue vendendo para este o seu trabalho. Mas, hoje, cada vez mais, aquele se interessa menos por este; isso é, o capital se interessa cada vez menos pelo trabalho.

Não é por outro motivo que, tão logo cada nova criança vai tomando contato com o mundo, vai logo percebendo que trabalhos há, de montão: importantíssimos e prioritários de serem feitos. Mas que quase todos eles vão ficando por aí, à espera de serem feitos, já que não há quem se disponha a pagar por eles.

Até mesmo as nossas crianças logo percebem que aprender a fazer qualquer coisa dá um trabalho danado, mesmo se prazeroso: aprender a matemática, aprender a ler, a interpretar o que está lendo, a cozinhar, a tocar violão, a dançar, a jogar...

Que dá muito trabalho aprender um ofício, e que este ofício vai te dar mais trabalho ainda depois de aprendido.

Que dá trabalho construir e manter a própria casa, cuidar do jardim, manter as ruas transitáveis, limpas, sem buracos...

¹⁸ Ver *A corrosão do caráter*, de Sennet.

Que dá trabalho recuperar o meio ambiente, reflorestar as montanhas e encostas, despoluir os regatos e as bacias...

Que dá muito trabalho cultivar a terra, cuidar das plantações, dos animais, colher os frutos e fazer com que cheguem até a quem deles precisa...

Que dá trabalho gerar e parir as crianças, amamentá-las, cuidar delas, educá-las, alimentá-las, dar carinho, brincar com elas...

Que dá trabalho cuidar dos doentes, dos acidentados, dos portadores de algum comprometimento, acompanhar os idosos...

Que esta vida é toda feita de trabalhos que recomeçam sempre, a cada dia...

Que até mesmo o sol, que ‘nasce’ a cada dia, é, também ele, um ‘sol em trabalho’.

Que este que está aqui, hoje, é o mesmo sol de ontem, mas também não é. É o mesmo, porém com mais um dia de trabalho. E tantos são os trabalhos ali realizados... Mas são apenas mais uns poucos entre tantos outros grandes trabalhos que compõem este trabalho imenso que chamamos de Universo: um trabalho incomensurável que vem se processando já há algo em torno de 15 ou 20 bilhões de anos...

Que essa vida que vivemos, ou da qual também participamos, muito tem trabalhado ao longo dos últimos 2 ou 3 bilhões de anos, até que se chegasse à criação da humanidade.

Enfim, estes são os trabalhos que são chamados de ‘naturais’ e tantas vezes interpretados como se não passassem de simples repetição da mesma coisa... Mas sabemos que, propriamente, não há repetição alguma. A flexa do tempo segue sempre em frente, num processo de criação continuada, num trabalho de reposição permanentemente criativo.

E é por sobre este trabalho, interpenetrado, do mundo físico e do mundo vivo, que os humanos realizam o seu trabalho, que podemos chamar de cultural, instituindo o mundo pelo qual nos fazemos como humanos; singulares, mas sociais, culturais e históricos.

a) O Trabalho como reposição criativa da cidade

Se tomamos por relação as origens da Vida em nosso planeta, a espécie humana vive nesta Terra há um tempo muito recente, por mais longos e variados tenham sido os processos que conduziram os diversos modos de vida até a este nosso modo cultural humano.

Pensando de forma muito sintética e resumida, podemos propor figurativamente como constituição do reino humano, ou como ultrapassagem do mundo ‘simplesmente’ animal – que não é nada absolutamente tão ‘simples’ assim –, o rompimento de uma tríplice fronteira:

- aquela de domesticação do manuseio (o polegar opositor e a criação dos instrumentos), ou seja, a habilidade;

- aquela de domesticação da imaginação (a posição ereta e a criação da linguagem), ou seja, a reflexividade;
- aquela de domesticação da sexualidade (a superação do cio e a criação das regras de conduta humana), ou seja, a reciprocidade.

De onde podemos depreender os três âmbitos que podemos considerar como fundamentais no campo das culturas humanas:

- aquele da tecnia, relativo aos modos humanos de fazer e construir;
- aquele da logia, relativo aos modos humanos de pensar e dizer;
- e aquele da nomia, relativo aos modos humanos de se portar e conduzir-se.

Ao que podemos também nos referir sucintamente através de poucas palavras: técnica, linguagem e lei.

Este, portanto, é o trabalho cultural humano: aquele que cria a cada vez, ou que, a cada vez, repõe criativamente as suas próprias condições de vida conforme aqueles modos humanos: o que se dá de acordo com a formação de cada grupamento humano, em conformidade a seu próprio ambiente geo-físico e a seu modo cultural histórico de vida e existência. É importante frisar como os diversos modos de cidades humanas, ou aqueles modos próprios de criação e reposição continuadas das condições da vida humana se espalharam por todo o globo, desde os desertos gelados àqueles mais áridos, das montanhas às planícies, das florestas às praias...

Pois, cada um dos modos culturais da vida humana se estabeleceram nos mais diversos cenários geográficos a partir de seu trabalho que é esse agir reativo, criativo e repositivo de gerações e gerações, em conformidade à história própria de cada grupo. Isto é, cada conjunto ou grupamento humano acabou fazendo, a partir de seu respectivo território, o seu próprio ambiente e cenário, o seu meio ou nicho cultural. Com seus instrumentos e edificações, representações e mitos, com os seus modos próprios de costumes e condutas, foram dotados de todas as dimensões necessárias – usos, significações e valores – para estabelecer o que podemos tomar como os santuários humanos, ou como os núcleos de reprodução da vida humana, a seu modo, sociais, culturais e históricos: ou seja, as cidades humanas.

Este é o fenômeno humano, que se apresenta com tamanha diversidade que até pode ser comparável à imensa variedade que encontramos no âmbito da própria biodiversidade. No entanto, esse modo cultural humano de ‘participação na cidade’ vai fazer toda a diferença em relação aos outros modos todos de vida dos quais se compõe essa biodiversidade.

O estabelecimento das cidades humanas em conformidade àqueles modos culturais humanos de fazer, pensar e conduzir-se, faz com que possamos localizar como as três instâncias da cidade aqueles que são os âmbitos interpenetrados de sua reposição criativa e continuada: aquele da construção e do trabalho, aquele do conhecimento e do saber e aquele do governo e da lei. As instâncias, portanto, do trabalho, que se realiza através dos instrumentos de transformação do meio circundante e, reflexivamente, do seu próprio agente, produzindo saberes e

conhecimentos como numa instância que se reflete diretamente sobre aqueles mesmos trabalhos e, ainda, sobre uma terceira, que é aquela de exercício do governo na distribuição e nas inter-relações entre todos que podemos chamar como cidadãos trabalhadores e entre as suas diversas cidades.

Assim, podemos considerar a grande diversidade das cidades humanas como o resultado cumulativo e dinâmico dos trabalhos de inteiras gerações de viventes humanos, já que o único modo de ser humano é aquele de se integrar nesse imenso e infindo interagir. As cidades são, pois, edificadas e continuamente recriadas por esse trabalho sem fim que podemos definir como a ação de reposição criativa das cidades humanas.

Portanto, trabalho humano é aquele que repõe continuada e criativamente a cidade humana entendida como cada formação social que, para isso, se compõe num conjunto de condições culturais que correspondem ao modo de vida de cada povo, de cada grupamento, de cada formação social de homens e mulheres e de suas crianças.

Daqui se deve depreender, inequivocamente, que trabalho humano não é, de modo nenhum, como hoje se põe como um absoluto, aquele de reposição do capital e das condições de sua realização, ou seja, de seus lucros.

Por isso, quando nos querem fazer crer como ‘naturais’ as figuras do capital e do trabalho como sendo aquele condição e origem deste, temos que contrapor com o presente argumento histórico. O trabalho humano foi que deu origem à cultura e ao modo humano de vida; e assim segue fazendo, história a fora, realizando essa sua tarefa sem fim, de reposição criativa da cidade humana¹⁹. Logo, o capital é que depende do trabalho e não o trabalho do capital, como nos querem tantas vezes fazer crer. Ainda que, provisoriamente, a lógica deste último tenha logrado inverter tal relação.

b) A cidade humana, reino dos sujeitos sociais

Quando falamos do trabalho que cria e repõe as cidades humanas é preciso falar junto com isso daqueles que são os herdeiros deste trabalho e que, ao mesmo tempo, são seus atores e personagens, seus agentes e agidos, seus construtores e construídos: os próprios viventes humanos.

Há quem imagine que esses humanos são seres acabados, fechados, indivíduos, definidos geneticamente, assim como seriam as outras espécies de animais (o que nem essas, no limite, assim o são): ledó engano. Por isso, é importante destacar a característica mais fundamental dos viventes humanos, fruto de ser essa espécie original conformada por seu próprio trabalho de criação e por sua constante reposição social, cultural: aquela de sujeitos sociais.

¹⁹ “A relação entre capital e trabalho não é *simétrica*. Isto porque, enquanto o capital depende *absolutamente* do trabalho – no sentido de que o capital inexistente sem o trabalho, que ele tem de explorar permanentemente –, a dependência do trabalho em relação ao capital é *relativa, historicamente criada e historicamente superável*. Em, outras palavras, o trabalho não está condenado a ser permanentemente contido no círculo vicioso do capital.” – os grifos são do próprio autor - Mészáros, I.; em *Para além do capital*, Boitempo Editorial, 2002, p 30 e 31.

De fato, tomando quaisquer das demais espécies vivas, podemos verificar que elas são perfeitamente capazes, em habitat propício, de se resolverem de modo conforme à sua própria espécie, mesmo sem que tenham tido convivência alguma com seus iguais. Obviamente, conforme cada espécie, sempre haverá maior ou menor grau de abertura à aprendizagem, contudo, sem comprometimento de seu agir como espécie: como um indivíduo da própria espécie.

Isto é, para as outras espécies de animais, a herança genética que cada indivíduo traz de nascimento já é suficiente para o seu exercício vital e para a sua reprodução como espécie. Ou seja, é a própria espécie que se faz presente e se realiza através de cada um de seus indivíduos.

Ora, isto é o que não se pode absolutamente dizer com respeito aos viventes humanos. Esses só se tornam humanos na medida em que participam dos modos culturais humanos de seu povo, de sua cidade; eles só se tornam humanos na medida em que participem da cidade humana. Assim, portanto, a completude humana está no gênero humano, nas cidades humanas, não em cada um de nós, singularmente.

O exemplo já é clássico: um humano criado entre lobos se portará como um lobo. Mas a recíproca não é verdadeira. Um lobo criado entre humanos se portará, obviamente, como um autêntico lobo.

Não levantamos este argumento apenas para contradizer a Sra. Thatcher, para quem “não há sociedade, há apenas indivíduos”²⁰. De fato, o vivente humano não é, como essa Sra. gostaria que fosse, meramente um indivíduo, assim como são os outros animais. O argumento é importante para percebermos que a sociedade que desagrada tanto à Sra. Thatcher é aquela que é responsável por sermos humanos como somos: não indivíduos, mas sujeitos sociais²¹. Quer dizer, só podemos ser humanos por termos nos apoderado das significações de nosso meio cultural para que pudéssemos, através delas, nos manifestar e nos fazer entender.

Pois, de fato, é fundamental que a cidade penetre antes em cada um de nós, rompendo o que podemos chamar como de isolamento da mônada primeira, que fomos de início²², para que pudéssemos dar vazão e linguagem ao que até então se achava ocluso e fechado, enclausurado no infante (*infans*, aquele que não fala, que não tem palavras). Foi, portanto, dessa mesma linguagem que nos invadiu que

²⁰ Referido por Francisco de Oliveira, *A crise e as utopias do trabalho*, em *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*, Vozes, 2000, p 73.

²¹ Para Carlos Plastino, a categoria de indivíduo ... possui forte marca iluminista, integrando “a metáfora da modernidade expressa na concepção do contrato social”, ou seja, “o indivíduo definido como mônada isolada que só num segundo momento, por um ato de sua vontade racional, torna-se um ser social.” E segue dizendo que “a concepção do sujeito ... é radicalmente outra”, fazendo distinção entre os dois pólos fundamentais na constituição do sujeito: “um é o pólo da cultura, e é por isso que o sujeito é, constitutivamente, um ser social. Isto é, a sociabilidade não é um momento segundo, fruto da decisão racional como na metáfora do contrato, mas o constitui e é condição de sua vida física e psíquica. Ele é constituído desde a cultura.” Um segundo pólo na constituição do sujeito ... se refere àquilo que faz de cada sujeito uma singularidade irreduzível, dotado que está de uma imaginação radical que torna possível precisamente a emergência do novo, do não determinado. É esta imaginação radical do sujeito que faz com que a história possa ser pensada, não como o cenário onde se desenvolve o determinado, mas como o espaço da criação.” (Em *Subjetividade e Educação*, IBRADES, 1997.)

²² Ver em Castoriadis, C. em *A instituição imaginária da sociedade*, Paz e Terra, 1982, p 343 e ss

construímos (de novo, para nós) as palavras que nos possibilitam a expressão – que é única para cada um, ainda que as palavras as mesmas, comuns a todos – e a comunicação com o fora, com os outros, com a cidade.

Assim, foi a cidade, a sociedade e as suas significações que nos penetraram por primeiro para que, através delas, pudéssemos ter como nos manifestar e nos comunicar com os outros, sentir-nos compreendidos e nos apresentar como ‘si mesmos’, descobrindo assim e compreendendo a alteridade na qual fomos gerados, e podendo então estabelecer a reciprocidade cultural humana.

Este é o trabalho primordial que é exigido de cada um de nós. Trabalho que é de grande delicadeza e de grande complexidade, mas que, surpreendentemente, na imensa maioria das vezes é realizado perfeitamente a contento. Mesmo se o que seria recomendável para a formação dos sujeitos sociais – que cada um pudesse perceber que, as significações sociais das quais passa a dispor em conjunto com todos os outros não possuem donos nem senhores, pois, originárias como são do fazer coletivo e do trabalho da cidade, pertencem igualmente a todos os cidadãos – seja por tantas formas reduzido e ameaçado.

No entanto, esse modo de ser sempre social, ao mesmo tempo que pessoal subjetivo, que é o modo de ser próprio da ‘cidade’, da ‘civildade’, é que garante a continuidade da espécie humana contra todas e tantas maquinações de diversos setores dela mesma mas a isso contrárias. É por ser assim que cada um se pode ver como um entre os outros, um com os outros, igual aos outros, um igual entre iguais, encontrando-se em permanente fazer-se e refazer-se em conjunto; aí está a grande força da cidade, que é essa associação ou essa assembléia permanente dos sujeitos sociais.

Somos postos, assim, diante daquela que é a característica maior com respeito aos sujeitos sociais: a autonomia²³. Se os sujeitos sociais são os verdadeiros cidadãos da democracia, a autonomia é o patamar da sociedade democrática, que é aquela na qual os cidadãos se dão as próprias leis. Este é o sentido da palavra grega, diferentemente da heteronomia, que é a imposição da lei do outro, ou da anomia, que é a ausência de lei.

Este ‘se dar a própria lei’ deve ser considerado na plenitude de seu sentido, ainda que esse possa nos parecer como de duplo sentido: aquele social, coletivo e aquele pessoal, singular. Isto porque só poderemos contar com uma autêntica autonomia pessoal se respaldada em e garantida pela autonomia social: autonomia social que se refere ao conjunto da sociedade, da cidade, e que é a única capaz de se por como garantia à autonomia pessoal de cada cidadão; autonomia pessoal que, por sua vez, se põe também aquela social como seu fim, tendo em vista a sua própria garantia. O que significa um círculo virtuoso, voltado ao desenvolvimento e à expansão dessa autonomia seja no âmbito social que no pessoal.

Nas sociedades modernas, nós nos achamos ainda muito amarrados às figuras dialeticamente contraditórias e complementares do indivíduo que se contrapõe às massas. Ambas são figuras empobrecedoras do desabrochamento humano, concentrando poder, propriedade e prepotência de um lado e desqualificando o

²³ Este tema é ricamente abordado por C. Castoriadis, em toda a sua obra, especialmente, ver “A instituição imaginária da sociedade”, em *Autonomia e Alienação*, p 122ss.

outro. Sobretudo, arrumando mil bloqueios à expansão da autonomia dos sujeitos sociais.

A perspectiva da autonomia, no campo dos sujeitos sociais, significa que a minha liberdade começa junto com a liberdade de todos. Já a liberdade, no campo do indivíduo, significa dizer que a minha liberdade começa onde termina a do outro. Isto porque esta liberdade do indivíduo é uma liberdade vazia, no absoluto, sem limites – por isso, precisa da liberdade (força, potência, propriedade) do outro como o limite da sua (força, potência, propriedade).

Mas a autonomia do sujeito social é a liberdade que reconhece o outro como igual, reconhecendo a circunstância e o próprio limite como condição de seu exercício. Autonomia que deve estar sempre em busca de se ampliar – não enquanto a liberdade de um contra a de todos, mas – como liberdade igualmente para todos, conforme as condições dadas e por se expandir sempre, igualmente para todos.

Este é, pois, o reino dos sujeitos sociais. E que se vai constituindo numa realidade que, quer queiramos quer não, vai-se impondo e vai se fazendo presente entre nós com força sempre maior, demonstrando que, cada vez mais, um outro mundo não só é possível como já vem se manifestando fortemente.

c) O Polismônio

Facilmente podemos constatar como aquela idéia do indivíduo, encerrado em sua liberdade privada, interfere no imaginário social, reproduzindo-se como uma regra, ou como um vício. Parece até mesmo um vício que adquirimos, esse modo de estar sempre olhando a cidade como se ela fosse apenas um território dividido em lotes privados, mais ou menos bem desenhados ao longo de ruas ou vias públicas, e distribuídos conforme um zoneamento que procura responder a alguns critérios classificatórios de racionalização. Uma são áreas de propriedades residenciais; outras aquelas direcionadas ao comércio e aos diversos serviços; uma terceira, aquela das propriedades industriais; há ainda as áreas que se destinam ao lazer, normalmente distantes dos bairros periféricos; esses que são chamados de subúrbios; e, por último, as propriedade rurais. Estas últimas quase sempre as excluimos de nosso conceito de cidade. Limitamos em geral este conceito aos perímetros urbanos de nossos municípios e o contrapomos ao mundo rural. Como se quem vivesse do lado rural da cidade pudesse ser excluído do conceito de cidadania ou não participasse do mesmo modo de cultura do povo, da mesma ‘cidade’. Ainda bem que isto parece estar mudando muito rapidamente.

Esse conceito assim racionalizado de “cidade” aparece muito bem descrito naqueles núcleos urbanos que foram projetados e construídos recentemente, tal como a cidade de Brasília. (Recentemente porque, para uma “cidade”, 30 anos é um quase nada). De início, essas avenidas e prédios se demonstram perfeitamente inabitáveis; até que as pretendidas funcionalidades dos espaços racionalmente projetados venham a ser colonizados, ou domesticados, por aquela inteligência prática coletiva que a cada novo dia se põe novamente em ação. Assim, somente após vários anos de ocupação e de ‘a vida em se fazendo’ é que essas cidades recém inauguradas atingem um certo grau de habitabilidade correspondente ao trabalho diário e aos frutos da inteligência social em curso, os únicos que são capazes de ir criando e

repondo criativamente os modos culturais de vida e, assim, construindo de modo sempre renovado cada cidade humana.

Especialmente, é claro, porque as cidades humanas se constituem de um complexo muito grande de relações, de condições e de prescritos que a cada dia são sempre retomados, realimentados e reescritos. Quer dizer, assim como o sol, e com ele, cada cidade renasce a cada dia retomando um sem número de ações e conexões voltadas à reposição criativa de todas as necessidades bio-sociais-culturais históricas do conjunto de seus cidadãos, os únicos agentes e os depositários dos frutos desse imenso trabalho que não tem fim.

Portanto, uma cidade humana não é apenas aquela mancha que avistamos do alto e que, ao nos aproximarmos, vira um monte de prédios, de praças e de ruas; não é apenas esse espaço físico construído e bem delimitado, esse conjunto de propriedades transformadas em edifícios e instalações que permaneceriam intactos após a explosão de uma bomba de neutrons...

A cidade humana é uma criação cultural social histórica que pulsa, que tem vida e que se repõe continuamente, compondo-se como que num amálgama culturalmente significativa, tecno-logo-nômico. Trata-se, pois,

- de um conjunto de obras e ações já realizadas, mas que estão em permanente ‘em se fazendo’, se refazendo e por serem refeitas, sempre;
- de um conjunto muito grande e complexo de conhecimentos e saberes que se encontram em permanente criação, descoberta, aprendizagem, construção, questionamento e reposição;
- de um acervo muito vasto de costumes, de modos e normas de conduta que se conformam em regulações e em escalas de valores de tal ordem que, além de nortear os comportamentos e relações, chegam também a se compor em leis e códigos jurídicos; tudo isso, igualmente, em permanente dinamismo e reposição.

Assim, podemos ver claramente como tais trabalhos, conhecimentos e relações de cidadania se interpenetram formando um amálgama tão rico e dinâmico que se torna suporte, condição e desafio permanente a essa reposição criativa da cidade. A esse acervo cultural vivo e dinâmico podemos nos referir como polismônio – o acervo material, simbólico e relacional da cidade, da pólis²⁴.

6. Concluindo

Temos presenciado, no último quartel do século XX, fatos históricos até então inéditos, no que diz respeito ao trabalho humano. Não me refiro absolutamente à

²⁴ Por contraposição ao patrimônio, referente à propriedade privada do indivíduo capitalista: o conjunto dos bens do *pater familias*, essa figura proeminente da moderna sociedade européia, representada pelo homem, branco, rico proprietário, de cujas posses faz parte o matrimônio, ou seja, a mulher e suas propriedades, aí incluída a sua prole.

questão da perda de significado do trabalho, ou do ‘fim do trabalho’ como querem alguns. Ao contrário, temos que falar é de um ganho de significado sem precedentes na história do trabalho humano. A atividade humana, nesse final de século e início do século XXI, acabou conquistando um patamar de intervenção nas instâncias do mundo real que vai muito além de tudo o que se tem feito até aqui. Hoje, o trabalho humano se põe à altura de operar os níveis mais básicos do real: aquele dos *quanta*, no mundo fisioquímico, aquele dos *gens*, no mundo biôntico, e aquele dos *bits*, no mundo da informação.

Ora, isso significa que nos encontramos novamente no limiar de novas grandes transformações das quais estamos, hoje, apenas vendo alguns sinais, especialmente no que diz respeito a desafios muito novos e insuspeitáveis, com os quais já começamos a nos deparar no mundo presente (clonagem, transgenia, etc.). Quanto a isso, o que mais preocupa é o fato de que a lógica do capital é especialmente destituída das condições mínimas necessárias para lidar com o grau de responsabilidade que se exige de uma intervenção a esse nível do real, em instância de enorme delicadeza e na qual as intervenções podem assumir imediatamente caráter irreversível e definitivo.

Açodado como é, em busca do lucro fácil e rápido, e de caráter privado, o capital arrisca toda essa longa construção histórica do trabalho e, portanto, esse imenso polismônio – que não tem mais nem medida nem preço – de toda a humanidade e de cada uma de suas cidades, ameaçando botar tudo a perder.

Além disso, ninguém é tolo bastante para deixar de reconhecer que esse polismônio, resultado do trabalho de cadeias ininterruptas de gerações desde os primórdios da humanidade, deva estar voltado para o benefício e o usufruto de toda a humanidade, sem nenhuma forma de restrição. E que qualquer tentativa de apropriação ou represamento desse imenso campo de construção e de conhecimento humano significaria um atraso indesculpável do verdadeiro progresso humano.

André Gorz, em entrevista concedida à revista *Alternatives Economiques*²⁵ a respeito de seu recente livro, *L'immatériel. Connaissance, valeur et capital* (O imaterial. Conhecimento, valor e capital), diz que uma privatização (desse - no meu dizer – polismônio) “obstaculiza a circulação e a difusão dos conhecimentos, sua colocação em comum, sua fecundidade máxima. Ela torna artificialmente rara uma riqueza que, por ser potencialmente abundante, é apropriada para fazer nascer a economia da gratuidade e do dom...”

Portanto, na verdade estamos numa encruzilhada: diante de um mundo velho, que ainda não morreu, nem parece que queira morrer; e de um novo que ainda não nasceu, nem parece que vá nascer assim tão já e ainda a tempo de cobrir a derrocada daquele.

De qualquer forma, o que avança rapidamente é a rota de colisão em que se encontra o capital com relação às cidades humanas. E cada dia que passa, mais esse que se tornou o grande fornecedor das mercadorias e dos sentidos, vai se mantendo menos capaz de oferecer respostas adequadas às necessidades presentes; tanto de um lado, das mercadorias, como do outro, o dos sentidos. Hoje, o capital nem mais

²⁵ Março 2003; ver tradução no CEPAT Informa, 101, setembro 2003, p 32 a 35.

tem como cumprir as mil promessas todas feitas ao longo de seu curto tempo de existência. Até o equilíbrio ambiental ele conseguiu romper, ameaçando a Terra desde as calotas polares até o círculo equatorial, tanto em terras quanto em mares e nos ares.

Além do mais, o único sentido que ele vem se mostrando capaz de oferecer é aquele de amontoar dinheiro para gastar com o vício: vício do poder, vício de sugar, vício de matar, vício de repor vício com o vício. A droga, agora perfeitamente química, se apresenta, junto com os armamentos, como o supra sumo da mercadoria: capaz de renovar a cada vez, como necessidade compulsiva e corrosiva, a busca de um objeto que realize o sentido que não se realiza. Então, a guerra; aquela dos fracos, como se fossem fortes, e a dos fortes, como se fossem ofendidos, atacando povos indefesos com armamentos do futuro, e transformando jovens inocentes em assassinos.

Mas as cidades humanas estão resistindo e vão recompondo novas propostas e novos sentido para sua vida diária. Mesmo que isso venha surgindo assim que meio aos pedaços, como se fosse um grande painel ainda meio descomposto, como num imenso quebra cabeças cujas peças se encontrassem espalhadas pela cidade, ou pelas cidades todas do mundo. Desse mundo de cidadãos trabalhadores que são aqueles que não desistiram de seu trabalho de reposição criativa das cidades. São peças vivas, que vão se juntando e se conectando. E que começam já a fazer sentido, a criar um sentido novo para suas cidades, para o mundo, e para a vida.

As mulheres foram as pioneiras nessa luta, tendo descoberto a verdadeira dimensão do polismônio, em detrimento do patrimonialismo. Assim como ontem elas se recusaram à função de máquinas biológicas, hoje, quando estão sendo recrutadas a servirem como as missionárias da mercadoria, em grande parte se recusam. E, por isso mesmo, elas são também responsáveis por outra revolução escondida, que diz respeito a uma nova pedagogia, responsável pela formação dos novos sujeitos sociais. Assim, em grande parte elas vêm se colocando a serviço da construção de uma vida muito nova, onde todos sejam alimentados, educados e reconhecidos como iguais.

Os diversos povos e etnias, hoje, estão cada dia mais presentes em cada uma das diversas partes do globo, parecendo mais um grande conagraçamento de toda a humanidade em cada cidade humana, não fossem as tristes condições a que vários desses povos e etnias se encontram submetidos, quer em suas próprias terras quer em terras onde são migrantes.

Os próprios idosos, hoje, gozam de um novo estatuto, chamados a participar por toda parte, devem mesmo se cuidar contra certa dose de infantilização destinada também ao controle da mercadoria.

Mas o grande desafio está no mundo dos jovens, deixados meio que sem emprego, sem futuro e sem uma escola decente, eles buscam, no entanto, as suas saídas, que sejam suas entradas nesse novo mundo.

Mas a grande tarefa que todos temos pela frente é aquela de assumir de imediato a reposição do polismônio a cada uma de nossas cidades, a começar pela garantia da

segurança alimentar e nutricional, que significa a preservação da integridade física, mental e cidadã de cada uma das pessoas em nosso continente.

A partir daí, retomarmos em conjunto os trabalhos todos que estão ainda por fazer: em regime de mutirão, como brigadas de trabalhos cidadãos, dentro do estatuto da Economia Solidária: é preciso urgentemente, de início, construir ou recuperar habitações e residências populares recuperando sua dignidade. Recuperar os bairros populares, a convivência, o atendimento à saúde, as condições do ir e vir, e o lazer de qualidade.

Ao mesmo tempo, é urgente a retomada da qualidade de nossas escolas. Se estamos falando de formação de sujeitos sociais, cidadãos trabalhadores, temos que ter em conta que não se trata mais de escola de massa, com uma multidão de alunos por professor, mas de poucos alunos para que se possa ter um trabalho personalizado e de qualidade. Essa é uma exigência premente para a educação nos tempos atuais.

Além disso, cada cidade há que reconhecer que, ao par de assumir a responsabilidade inalienável pela educação de todos os cidadãos, desde a mais tenra idade até a idade avançada, que ela própria deve se tornar numa cidade educativa – de modo real, não de faz de conta, como tem virado costume – de tal maneira que a questão da incorporação dos jovens ao trabalho possa ser de responsabilidade igualmente da cidade, uma vez que se trata do verdadeiro rito de iniciação à cidadania e à plenitude da vida adulta e responsável.

Nesse sentido, a educação dos novos cidadão tem que considerar que estamos hoje frente a um leque ainda mais amplo de maestrias laborais, nos vários campos da técnica e do conhecimento, nos vários âmbitos da cidade. Julgamos importante falar de maestrias laborais e não de competências, querendo dizer com isso do exercício autônomo do trabalho cidadão e não da venda da alma ao capital.

Uma das peças importantes também desse quebra cabeças, é a que se refere ao estado. É preciso saber distinguir o que neste estado faz parte daquele 3º estado, clientelista, assistencialista e repressivo, para pressionar; e o que já tende ao 4º estado, com o qual pudéssemos nos aliar nesse grande mutirão de construção de nossa cidadania enquanto cidadãos trabalhadores.

Finalmente, uma palavra final sobre o que se propõe como saída para os pobres, com o nome de empoderamento. Como se precisássemos chegar ao mesmo poder dos que têm dado as cartas até hoje. E como se não tivéssemos chegado aí porque não somos bons o suficiente.

Na verdade, não estamos procurando nenhuma medição de forças, usando as mesmas armas e no território daqueles que têm sido os nossos detratores. Não queremos mais nenhuma forma de dominação; queremos a libertação para a autonomia. Portanto, vamos falar de destituição de atribuição de poder. Quer dizer, os poderosos são poderosos porque, atacados e metidos a cerco por suas posses e mandos, a sociedade lhes atribui poderes e eles acabam por acreditar que detêm todos esses poderes, de fato. Pois deixemos de atribuir tal poder a quem quer que seja e passemos a assumir a igualdade comum entre cidadãos que trabalham ombro a ombro para reconstruir e repor com criatividade, igualdade e solidariedade as nossas cidades humanas.

Anexo

SOBRE TRABALHO E JUVENTUDE

Paris: o Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA) divulgou recentemente um relatório segundo o qual quase metade da população mundial, hoje, tem menos de 25 anos. Nesse relatório, a UNFPA pede investimentos urgentes para que se possa garantir o futuro da maior população de adolescentes já registrada no planeta: o mundo conta, hoje, com 1,2 bilhões de adolescentes. Em seu informe sobre o “Estado da população mundial 2003”, a UNFPA demonstra grande preocupação com esse segmento da população mundial: chave para o crescimento e para a estabilidade internacionais, a imensa maioria desses adolescentes - 87% dos quais vivem nos países em desenvolvimento – encontra-se ameaçada pela extrema pobreza e pela falta de atendimento adequado à saúde, à educação, etc. Assim que a cada 14 segundos um jovem entre 15 e 24 anos é infectado pelo vírus da AIDS, ou que 150 milhões de adolescentes ainda não estão alfabetizados, ou que 1 em cada 4 adolescentes vive em situação de pobreza extrema, não podendo sequer contar ao menos com 1 dólar ao dia para sobreviver¹.

Portanto, falar de juventude como se fosse uma condição idêntica para todos os que se encontram nessa faixa etária, entre 15 e 25 ou pouco mais anos, só porque situados numa margem de idade comum, certamente quer dizer muito pouco. Exceto quanto ao tempo vivido, mas absolutamente nada quanto à carga dessas vivências, às condições em que foram vividas e nem, muito menos, quanto às expectativas do que ainda há por se viver.

Em geral, a mídia nos apresenta a “juventude” como uma moeda de dupla face: de um lado, a juventude “dourada”, bem cuidada, bonita e bem nutrida; “incluída”. Os casos dos desvios de conduta, dos crimes ou violências perpetrados pelos jovens das classes mais favorecidas, quando são mostrados, o são quase sempre como se fossem exceções, ou algumas poucas aberrações ou excessos: parricídio/matricídio (?), atear fogo em pessoas que dormem na rua (?), espancamento de um garçon até à morte por ter ele solicitado moderação a um grupo de adolescentes em algazarra num bar (...). Apesar de inúmeros, diversos outros casos sequer ganham as páginas dos jornais: gangs de

¹ Jornal do Brasil de 09.11.03.

condomínios, estupros, furtos, tráfico e uso das drogas² e tantas outras condutas anti-sociais, mas que, quando cometidas por essa juventude “dourada”, são tomadas com sinal invertido.

Do outro lado da moeda, temos a juventude que nos é apresentada como “cinzenta”, sempre de pele negra ou ‘parda’ e vista como em situação de ‘risco’, beirando sempre – se não considerada como naturalmente propensa - ao tráfico, à criminalidade e à violência. Como se os jovens das classes populares, que em grande parte moram em locais considerados como favelas, não estivessem em sua maioria estudando e trabalhando – mesmo que seja em ‘bicos’ ou biscates, mas sempre buscando algum serviço – e muitos deles cursando a universidade e/ou ‘se virando’ como podem.

Entre tantos outros sem maior notoriedade, Jaílson Souza e Silva é um exemplo vivo do que falamos³: filho das classes populares, ele é hoje um professor universitário que, mesmo tendo completado grau de doutoramento, continua desenvolvendo trabalhos em sua comunidade de origem. Convivendo diariamente com os garotos da favela da Maré, no Rio de Janeiro, ele “se aborrece com as reportagens sobre projetos sociais que descrevem os frequentadores (desses projetos) como jovens que, não fossem as aulas de balé ou de batucada, estariam enchendo sacolés de cocaína. – Dizem (diz ele) que se o jovem não estivesse participando deste ou daquele projeto, estaria no tráfico. Ora, o tráfico recruta no máximo 1% dos jovens. Parece até que o jovem é um débil mental que pode ser puxado de um lado para o outro”

De fato, a dar ouvidos aos meios de comunicação, nos bairros populares a juventude só evitaria o crime e o tráfico se participando de alguma dessas inúmeras iniciativas propiciadas pelas ONG’s junto às “comunidades carentes⁴”, ou de algum desses projetos que respondem ao atual imperativo da ‘responsabilidade social’ das empresas.

² Uso visto com 'liberalismo' pelas classes dominantes, acompanhado da demonização dos traficantes, como se uma coisa nada tivesse a ver com a outra...

³ Ver no Jornal do Brasil de 09.09.03.

⁴ Para o sociólogo Jailson Souza e Silva, na entrevista acima referida -JB 09.09.03 - esse termo “comunidade carente” vitimiza as pessoas que moram nas favelas. “É um discurso construído a partir da ausência. A favela é o lugar em que falta água e falta eletricidade. Mas a favela também é o lugar que tem uma cultura viva e uma rede de solidariedade sobre a qual não se fala.” Para o professor, quanto mais consumista, mais carente. – “O capitalismo é que cria as necessidades dos bens de consumo. Você tem um carro novo, precisa de outro ainda maior. Se viaja de avião na classe econômica, passa a querer ir de

Para a antropóloga Regina Novaes, “quando se fala sobre a ‘juventude hoje’, de maneira geral, o que se faz é identificar todos os jovens de uma época com uma parte deles. Isto é, o modelo de jovem que se tem na cabeça, no momento, torna-se modelo para falar sobre o jovem em geral⁵”. E eu acrescentaria que não só se toma a parte pelo todo, numa generalização indevida, como se faz isso de um modo bipartido, por oposição: os jovens das camadas populares, sempre ‘perigosos’, e aqueles filhos das elites como suas ‘vítimas’. Deste modo, se constroem estereótipos que, para a pesquisadora argentina Cecília Braslavsky, citada por Novaes, se constituem em mitos. E a esses dois mitos, da juventude dourada e da outra cinzenta, Braslavsky acrescenta um terceiro que, de vez em quando, é usado entre nós: “o mito da juventude branca”. Esses seriam “personagens maravilhosos e puros que salvariam a humanidade e que fariam o que seus pais não puderam fazer, indignados frente às injustiças, sendo mais participativos e éticos⁶”. A última vez que a mídia se utilizou dessa arma foi na campanha do “fora Collor”, quando os jovens participantes ficaram conhecidos como ‘cara pintadas’.

No entanto, a juventude está sempre aí, fazendo parte de todas as classes e segmentos sociais, buscando enfrentar os desafios que são colocados pelo mundo e pela vida na atualidade: com a coragem característica de sua idade e, também, com as incertezas que são características sobretudo de nossa época.

Assim, não podemos nos esquecer que, apesar da enorme diversidade e das violentas diferenças sociais que o nome ‘juventude’ parece querer esconder, uma coisa é certa: a pergunta ante a qual, junto com os pesquisadores do Fundo das Nações Unidas para a

primeira classe. Carente mesmo é a Barra da Tijuca” diz, referindo-se ao bairro dos ‘emergentes’ no Rio de Janeiro.

⁵ Regina Novaes, *Conflito e Solidariedade*, Comunicações do Iser, nº 50, ano 17 – 1998.

⁶ Idem; Regina Novaes assim se refere a como Cecília Braslavsky identifica os mitos mais comuns em referência à juventude.

- a) O mito da juventude dourada: através do qual se identifica todos os jovens como os privilegiados, despreocupados ou militantes em defesa de seus privilégios. Os meios de comunicação inculcam padrões, comercializam a “juvenização” e reforçam determinados modelos para esta definição. “Ser jovem” é ter tempo livre para lazer, gozar o ócio, ser beneficiário de um período de “moratória social” sem angústia ou responsabilidades.
- b) O mito da juventude cinza: neste os jovens aparecem como depositários de todos os males da sociedade. Na América Latina, este seria o segmento da população mais afetada pela crise (...). Maioria entre os desocupados, entre os delinquentes, entre os apáticos, os jovens seriam “a desgraça da sociedade”.
- c) E, finalmente o mito da juventude branca, conforme descrito no texto.

População, devemos nos colocar com todo o realismo é uma só, mesmo se frente a ela os jovens possam se colocar das maneiras as mais diversas, em conformidade às suas condições, meios e inserção na sociedade: qual é o futuro que nos espera?

Pergunta que se faz ressoar por todos os lados e que devemos todos enfrentar agora mesmo, pois sabemos perfeitamente que não existem fórmulas prontas, nem milagrosas: o futuro que nos espera é certamente aquele que estamos construindo desde hoje.

Isto quer dizer que não podemos passar ao largo daquela que é uma das grandes preocupações da juventude de um modo geral: a de ter que se preparar para o trabalho. Especialmente porque juventude, educação e trabalho são temas que inevitavelmente se encontram implicados uns nos outros.

A. Da necessidade do trabalho

Cada vez fica mais claro que a vida humana se mantém pelo trabalho. Cada vez fica mais claro que o trabalho, como a vida, estão sempre se modificando. Cada vez fica mais claro que trabalho não mais quer apenas dizer emprego de força física ou de força bruta. Cada vez fica mais claro que trabalho não é aquele apenas que, por monopólio, só pode ser vendido ao capital. Como fica cada vez mais claro que o trabalho humano é aquele que vai se identificando e sempre mais com a aplicação de habilidade, com o emprego da inteligência e do conhecimento e com boa dose de intenção, de comunicação e de afeto. O que supõe um sujeito em todas as suas dimensões: inteligente, preparado e capaz de perceber as necessidades dos outros e as suas próprias, os anseios próprios e os dos outros, respondendo a tudo isso de modo conveniente e adequado.

Nos tempos que correm, há sempre mais facilidade para que os jovens possam perceber que o trabalho humano tem uma abrangência muito maior do que aquela a que, restritivamente, o capital submeteu. O trabalho humano tem uma abrangência que se estende, para além da sustentação material mínima necessária, à necessidade da criação cultural, da conservação dos espaços de convivência, da necessidade de reposição e conservação do meio ambiente, de atendimento às necessidades de cuidados com os mais novos e com os mais velhos, de atendimento adequado à educação, à saúde e etc.

Obviamente, contribui muito para tal percepção o fato de que – ainda que incipiente e abusivamente apropriada pelo capital – tenhamos iniciado um processo de superação da divisão entre o trabalho voltado ao universo patrimonial, de tipo masculino portanto (visto como 'social' porque produz 'valor econômico') e o trabalho matricial, dos cuidados, de tipo feminino portanto (constante das atividades antes tidas como apenas biológicas, privadas, 'do lar'). Mas o capital também vem se aproveitando muito bem disso, empregando cada vez mais mulheres (e jovens) já que estas se abrem a um universo muito mais amplo quanto, também se deixam submeter mais facilmente a salários muito menores que os homens.

De qualquer forma, é importante perceber que estamos começando a nos movimentar por sobre um pano de fundo de uma nova sociabilidade: no presente, há um novo direcionamento da sociabilização humana voltado para a geração de um novo tipo de sujeito social, que se abre às diversas atividades humanas⁷.

No entanto, o controle do capital sobre a sociedade procura reagir imediatamente, com fins de domesticar e de conquistar para seu modo de reprodução esse novo perfil de sociabilidade. E, para isso, são utilizados todos os meios a seu dispor. Além do cerco das mercadorias ou da oferta dos produtos de modo a que se possa administrar a escassez (isto é, criar a escassez necessária à ampliação do reino da mercadoria), há toda uma geração de novas necessidades até aqui sequer imaginadas e fabricadas de modo a gerar necessidades ao feitio e sob encomenda do capital, mediante ao que se procede a um ataque feroz, de mídia e propaganda, enchendo a cabeça das pessoas de ditos, os olhos de imagens e o coração de desejos.

Assim se vê desfilar a cada dia um verdadeiro exército de modelos renovados sempre e que vão se substituindo a cada vez por novos padrões do consumo, num verdadeiro festival de desrespeito e de afronta à grande maioria da população, em especial àqueles jovens, adolescentes e crianças das camadas mais desprovidas dos meios os mais básicos para a sustentação mínima da vida.

No entanto, apesar desse verdadeiro rolo compressor, o processo que se desenrola como pano de fundo de criação da sociabilidade que se vai gerando no presente, a da gestação

⁷ Poderíamos até mesmo levantar, como uma boa hipótese, que o tipo de trabalho desenvolvido de modo correspondente às condições de cada época, não que determine mas, incide significativamente no tipo de sociabilidade humana que é desenvolvida a cada época, lugar e condição da história humana.

de sujeitos sociais, mantém seu curso apesar de o capital investir fundo e por todos os meios a seu dispor na busca de resgatar para sua matriz esse processo, tendo em vista aquelas que são as suas formas: a de alguns poucos indivíduos (5 ou 10% de privilegiados - por mérito do processo da seleção natural, no âmbito humano configurado pela competição) contra a imensa maioria sem destaques e que se configuram nas grandes massas.

De qualquer forma, a grande maioria dos jovens segue seu rumo sem se identificar com nenhum estereótipo de juventude, mas enfrentando de frente todas as dificuldades e incertezas. Só que, entre essas, há uma que se impõe como sendo uma chave: a necessidade de dispor de dinheiro. Ora, se não se tem parte com o capital só se pode ter acesso ao dinheiro vendendo trabalho.

Assim, este é o nosso maior problema: a necessidade do trabalho. E aqui se deve ler na dupla perspectiva: necessidade de vender trabalho, para se 'fazer' dinheiro; e necessidade de participação no trabalho social, demonstrando-se assim a contribuição de cada um na reposição da sociedade, da 'cidade'.

O jovem ou a jovem precisa de vender seu trabalho para poder ajudar em casa, para poder comprar aquilo de que precisa sem ter que ficar pedindo e, especialmente, para poder vir a contar com o respeito e o reconhecimento dos familiares e dos vizinhos como sendo uma pessoa de valor, como sendo uma moça ou um sujeito 'útil'.

Mas há tão pouco trabalho à venda! Até mesmo os mais velhos que ainda se mantêm nos empregos trabalham tanto e ganham tão pouco... E são tão pouco respeitados... No entanto, cada um sabe muito bem que, se com seu trabalho você consegue contribuir em casa e se garantir, só com o trabalho é que você passa a ser considerado e respeitado e a conquistar a própria autonomia.

Desta forma, o trabalho e a recompensa social que ele permite representa ainda um pouco mais para os jovens: é que ele se põe como o próprio rito de passagem da adolescência ao mundo adulto. Ele é a via de inclusão do então já não mais adolescente nessa primeira etapa da vida adulta que é a juventude.

Não é nem verdade que isto se dê apenas pelo fato de que, vendendo seu trabalho, ele possa dispor de algum dinheiro. Claro que isso conta, mas nem tanto; mesmo porque, quando vem do trabalho, esse dinheiro sempre é muito pouco. Mas, especialmente, pelo

fato de que o trabalho significa uma relação concreta, construtiva e criativa com os outros e com a cidade: é a participação de cada um e de seus diversos conjuntos na reposição criativa da cidade.

Além disso, pode-se perceber claramente que é com o trabalho que se consegue aprender muita coisa, especialmente aquelas que com o estudo apenas elas nunca serão aprendidas, pois elas exigem a prática. Em geral, todos sabemos que, com o estudo podemos de fato nos preparar mas que só experimentando na prática, de verdade, somente assumindo a plena responsabilidade por fazer com que as coisas aconteçam, em conjunto com os outros, é que o nosso verdadeiro aprendizado se consubstancia e se consolida. Assim é que se ganha confiança em si mesmo e que se conquista a confiabilidade, ou a confiança dos outros em nossas próprias aptidões e desempenhos. Assim é que se inicia o longo processo de construção de nossa maestria laboral: ou seja, a convergência de habilidades, conhecimentos e procedimentos metodológicos tendo em vista a construção social de nosso desempenho laboral / profissional⁸. O que não pode ser transformável simplesmente em 'competências' para o mercado, como se quer hoje, em substituição à antiga qualificação para o trabalho. Esta exige de fato ser superada, mas por via da aquisição desta maestria como ponto de convergência de múltiplas potencialidades e que se traduz na plena capacidade de gestão e de exercício conjunto de governo sobre o trabalho de reposição criativa da sociedade e de construção da autonomia pessoal e social.

Assim é que a inserção dos jovens no mundo do trabalho significa esse verdadeiro rito de iniciação e de passagem através do qual cada um e cada uma podem se apreender e se apresentar como sujeito, capaz de diferença, de discernimento e de exercício de vontade própria. Não mais apenas como um no meio da massa, no conjunto da multidão, mas como um sujeito capaz de autonomia em combinação com as demais vontades e em pé de igualdade na reposição criativa da cidade comum; como um autêntico sujeito social, portanto. Iniciando assim o seu caminho como cidadão trabalhador, como participante do trabalho de reposição da cidade, da construção do conhecimento gerado nesse trabalho e de participante na gestão e no governo da cidade,

⁸ Ver *O futuro do mundo do trabalho: certificação de competência ou uma Maestria Laboral*, em Cadernos Ceris, Especial, Mauad Editora.

usufruindo com dignidade civil, do modo comum do ‘bem viver’ da cidade e de sua cultura.

Ou seja, não apenas como alguém que agora é incorporado ao mercado, esse âmbito de relações que acabou açambarcado como monopólio pelo capital, mas como alguém que passa agora a exercer o *munus* da cidadania: aquele de cidadão trabalhador por maestria.

B. Das dificuldades de se inserir

O Brasil, nos dias de hoje, conta com o maior contingente de jovens entre 15 e 24 anos de toda a sua história: são mais de 30 milhões, conforme os dados do IBGE. E “o que seria uma ótima notícia transformou-se, porém, numa das mais sérias dificuldades que o país enfrenta. A sociedade não se preparou para receber esse enorme contingente de pessoas. E nem, na verdade, pode oferecer a elas as mínimas condições para o exercício pleno de sua cidadania”. Esta é a observação da Organização Brasileira de Juventude⁹ que segue afirmando que “a ausência de políticas públicas específicas para esta faixa da população é um antigo problema. Mais do que nunca, os jovens brasileiros mostram-se vulneráveis a questões como desemprego, violência e drogas que vêm se somar às mazelas decorrentes da falta de investimentos em educação e em programas de complementação de renda”.

Na verdade, tudo parece muito mágico: desde ter que preparar lugar para os jovens, o que até agora nunca foi feito, até aquela que se põe como a solução para todos os males, já que tudo parece se resolver diante da palavra mágica "políticas públicas". Curioso que só se tenha começado a se falar tanto disso assim que se retirou do estado qualquer autonomia financeira para que ele pudesse implementar tais políticas.

De fato, nesses últimos tempos temos somado já mais de duas décadas que podemos somar como perdidas... Não temos gerado lugar social nem mesmo para os que são os pais, quanto mais para seus filhos ou netos. No entanto, nunca se falou tanto em cidadania ou em políticas públicas...

⁹ Organização Brasileira de Juventude – <http://www.obj.org.br>

Assim, no país inteiro, ninguém ficou espantado quando milhares de jovens disputaram a tapa um lugar na fila para um cadastramento (apenas cadastramento) realizado pela Comlurb, a companhia da limpeza urbana do município do Rio de Janeiro. O que até a pouco era visto com olhos de discriminação e como que em posição inversa á do mundo da escola¹⁰, hoje não só exige educação como significa um instrumento de promoção e de estabilidade de vida, capaz de restabelecer a dignidade do trabalho cidadão.

Daí que o grande drama dos jovens não se resume apenas ao aspecto de conseguir um trabalho remunerado que renda algum dinheiro, respeito e autonomia. Isto, por si só, já é muito difícil. E mais difícil ainda fica quando o jovem deve se pôr diante de perguntas tais como: como me preparar para o mundo do trabalho? Que cursos fazer? Que experiências buscar? O que é que, daquilo que faço hoje, pode contribuir de fato para construir um bom caminho para o amanhã?

Além disso, há essa difícil ultrapassagem do círculo vicioso do primeiro emprego. Não se encontra trabalho porque não se tem experiência e não se tem experiência porque ninguém aceita dar trabalho a quem não comprove experiência anterior...

Ora, na verdade, trabalho e experiência seriam itens que deveriam fazer parte fundamental de um projeto de educação comprometido com a cidadania, já que o trabalho é a primeira condição do cidadão. Mas... As soluções nunca se mostram possíveis e as que se apresentam, sob o nome de políticas públicas, são sempre apenas paliativas, como quem bota remendos novos em panos velhos. (A política, hoje, se tem transformado na arte de se tomar o atendimento de necessidades urgentes como se fosse virtude: é a penúria do povo que se transforma em benção para políticos que não mereceriam tal nome.)

Assim, é a política mesmo que exige mudanças profundas: nos modos concretos de se conceber cidade, trabalho e educação, ou seja, o real exercício, recriação e usufruto da cidadania. Senão, continuaremos na mesma: sempre falando de cidadania para esconder a ausência das condições mínimas de gozo e exercício dessa mesma cidadania, como vemos acontecer hoje.

¹⁰ O antigo – "Menino, estuda, senão você vai ser gari!" pode ser substituído pelo – "Menino, estuda bastante para ver se você consegue chegar a ser gari." O que não representa nenhum demérito nem superestimação do ofício de gari, sempre tão importante quanto necessário em todas as comunidades humanas.

Até os anos 80, podíamos dizer que “as crianças não gostavam da escola” porque elas não viam que ligações podia haver entre a escola e a vida, entre o mundo da escola e o mundo do trabalho, que era onde se ganhava a vida¹¹. Assim, as crianças se desinteressavam da escola já que ela muito pouco tinha a ver, ou quase nada, com a vida. Nessa época, o trabalho era executado aqui, ainda, mas ficava escondido por detrás dos muros das fábricas, no fundo das minas, nos canteiros fechados, longe dos olhos das crianças e dos jovens. Assim, não se podia ver a relação entre a fábrica e a escola – mesmo porque, a falta de sentido da escola devia ajudar a preparar o jovem para a mesma falta de sentido que encontraria no trabalho da fábrica...

Naquele tempo, a relação entre educação e mundo do trabalho só se mostrava mais clara quando se tinha que fazer provas para admissão aos empregos; mas eles ainda existiam. Hoje, continua a se ver muito pouca relação entre educação e mundo do trabalho. Porque os postos de trabalho remunerados pelo capital se reduziram ou se mudaram para outros lugares. A tal ponto que muita gente de nível de estudo elevado se encontra sem trabalho, pegando qualquer coisa para sobreviver.

Assim, muitas vezes parece até que a educação e o trabalho são duas atividades que mantêm entre si relações de contradição: se você trabalha, não tem tempo nem condição de estudar (e se você consegue estudar trabalhando, estuda muito mal e ainda tem que pagar muito caro). Já se você estuda mesmo, então não trabalha, devendo assim encarar seu estudo como seu próprio trabalho. Este deve sempre ser remunerado ou bancado por alguém (por uma bolsa do estado, pela família, ou...).

No entanto, cada vez mais a educação é uma experiência primordial para o trabalho assim como o trabalho é uma exigência para uma educação de qualidade. Cada vez mais o trabalho exige conhecimentos, habilidades e procedimentos que só podem ser adquiridos com o estudo e com a aplicação prática em todos os campos: da música à saúde, do direito às ciências, das engenharias à própria educação, etc. Não é à toa que se fala tanto no conhecimento como capital. Pois precisamos começar a falar, portanto, no conhecimento como um bem comum dos cidadãos trabalhadores em cada uma de suas cidades.

¹¹ Lara, Luisa: *Por que as crianças não gostam da escola?* Vozes, 1988.

De tal modo que possamos criar a verdadeira inserção de cada um a partir de seu processo mesmo de educação, através de centros de educação de cidadãos trabalhadores que sejam capazes de operar e viabilizar a integração entre educação, trabalho e o exercício da cidadania¹².

C. Educação? Para quê?

Ou seja, que formação? Para que trabalho?

Inicialmente, temos que limpar de nossa frente essa leviandade que, de tão repetida, parece ter se constituído em verdade: que a solução para a escassez de trabalho estaria nos cursos profissionalizantes – como se houvesse de fato tal escassez. Então, se despejam cursinhos assim ditos profissionalizantes, sem que se tomem medidas efetivas para a formação mais abrangente de nossos jovens. Mas o que se quer dizer com isso é que não temos postos de trabalho porque não temos gente formada.

Ora, se não temos bons postos de trabalho em número suficiente é porque estes postos de trabalho não foram gerados aqui ou, simplesmente, foram transferidos daqui. Não é a formação profissional que gera postos de trabalho.

Já, ao contrário, uma boa educação que seja capaz de integrar os conhecimentos gerais, humanísticos e científicos, com a respectiva formação tecnológica, essa sim é capaz de gerar pessoal com inteligência social suficiente para a geração dos postos de trabalho de que tanto precisamos.

Assim que, sem dúvida, há um bom fundo de verdade em se dizer que, se quisermos criar postos de trabalho de qualidade apliquemo-nos então em construir as bases de uma boa educação.

Este dilema é sempre muito parecido com aquele que diz que não é a educação que muda a sociedade mas que, dificilmente, uma sociedade pode mudar se não tiver mudado antes o seu sistema de educação. Ora, onde estará, então, o fio da meada? Certamente em que uma sociedade se encontra em permanente processo de mudança.

¹² Ver *Educação Trabalho e Cidadania*, Capina / Ceris / Mauad, 2003.

Assim, sempre se procura mudar a educação de tal modo que nada mude efetivamente na sociedade. Ou seja, que as mesmas posições relativas se mantenham ou se distanciem sempre mais, como temos visto de sobra na sociedade brasileira e latino-americana.

Portanto, para se resolver essa incógnita, é preciso que se mude a educação sim, porém com um sentido de radicalidade que, ao lado dos outros fatores de mudança, eles se tornem juntos capazes de proceder à efetiva mudança que nossa sociedade exige.

Isso é o que nos leva, pois, a considerar as perguntas que foram postas de início: educar para quê?

Hoje vivemos uma estranha relação com tudo que signifique trabalho. A criança não pode sequer chegar perto do que se chama trabalho, porque o tempo dela deve ser o de brincar e de estudar. De fato, dominado pelo capital, o trabalho é de tal forma desprovido de humanidade que dele não apenas as crianças deveriam se manter afastadas, senão também as mulheres e homens, dos mais jovens aos mais velhos.

Ora, se a humanidade foi construída pelo trabalho, este se põe, então, como um princípio educativo de primeira ordem. Podemos ler isso muito concretamente na maneira como um índiozinho aprende a pescar, pescando com sua lança, ou aprende a caçar usando o arco e a flecha fabricados por ele mesmo, uma criança, que pesca ou que caça brincando, brincando de verdade.

Ora, na verdade, o que tem orientado todas as mudanças da educação, ultimamente, tem visado uma só finalidade: a ampliação do reino da mercadoria. Isto é, não só a venda de cursos e de conhecimentos - especialmente aqueles técnicos, mas não apenas, pois hoje até colégios se exportam e as tecnologias educacionais - mas especialmente o aprofundamento da certificação das competências tecnológicas visando a radicalização da mercadoria trabalho.

Portanto, mesmo no mundo do capital, a educação não pode ser desvinculada do trabalho, ainda que do trabalho mercadoria, esse que é incapaz de gerar relações e riquezas verdadeiramente humanas e sociais. Mesmo assim, apesar de seus desígnios, trabalho e educação se mantêm juntos, o que quer dizer que o capital tem que construir e manter a cidade humana para que dela possa sugar o seu crescimento sem limite. O que falta é que acrescentemos a essa relação – provocando uma ‘revolução’ – a real e plena dimensão da cidadania.

Especialmente porque, na medida em que a educação para o trabalho sucumbe ao reino da mercadoria, fica negado o direito à educação - que sequer se realizou na sociedade brasileira - como um direito humano, econômico, social e cultural, inerente a cada cidadão. Por isso, a educação tem virado um grande negócio¹³.

A luta de resistência que, com toda a juventude, podemos realizar e ampliar sem limite em nossas cidades, em nossas sociedades, é aquela de conjugar a educação ao trabalho e ao exercício da cidadania, aliando firmemente nossos programas e ações de educação à vida e ao trabalho cotidiano de reposição e de governo em cada uma de nossas comunidades. Os exemplos que temos disso nos quatro cantos do país já são inúmeros e de qualidade cada vez maior e que, cada vez mais, vão se tornando mais abrangentes e participativos.

Cabe, assim, pois, batalharmos pela instauração do direito a uma educação permanente e abrangente – aberta a todos os campos e dirigida a todas as idades – como um direito de toda a população e que caminhe pari passu com aquele direito humano à alimentação e nutrição, conjugando assim a segurança alimentar e nutricional àquela educacional e de exercício cidadão do trabalho.

E mesmo que não dê mais para contar com o estado, submetido como ele é aos desígnios do capital, para a realização e garantia desses direitos, na medida das necessidades de nosso povo, temos que manter sobre ele as nossas exigências e nossas formas de pressão, assim como fazem os que não têm terra ou não têm teto. Mas construindo uma via outra de realização desses direitos, que não aquela do controle da escassez das mercadorias, mas da providência para que não falte a abundância de todas as graças e mercês.

¹³ Ver o artigo *Um sonho louco dos tecnocratas e industriais: a escola, grande mercado do século XXI*, de Gerard de Séllys, no *Le Monde Diplomatique*, julho de 1998 – tradução livre da Capina.